

# Diário do Legislativo de 16/12/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 98ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 79ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - 80ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - MANIFESTAÇÕES

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 14/12/2005

Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise, Dalmo Ribeiro Silva e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.889 a 2.895/2005 - Projeto de Resolução nº 2.896/2005 - Requerimentos nºs 5.892 a 5.902/2005 - Requerimentos da Deputada Lúcia Pacífico e dos Deputados Adalclever Lopes e Márcio Kangussu - Comunicações das Comissões de Educação, de Turismo, de Meio Ambiente, de Segurança Pública, de Administração Pública e de Transporte, dos Deputados Djalma Diniz e Roberto Carvalho e da Deputada Maria Olívia - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Carlos Pimenta, Weliton Prado, da Deputada Elisa Costa e dos Deputados Edson Rezende e Rogério Correia - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos da Deputada Lúcia Pacífico e dos Deputados Adalclever Lopes e Márcio Kangussu; deferimento - Discurso do Deputado Gustavo Valadares; questão de ordem; discursos dos Deputados Rogério Correia e Gustavo Valadares; questões de ordem - Requerimento do Deputado Miguel Martini; deferimento; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio

Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jesus Lima - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, agradecendo voto de congratulações pela passagem do Dia do Ministério Público, proposto pelo Deputado Dimas Fabiano por meio do Requerimento nº 5.546/2005.

Do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.708/2004, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - (2), comunicando liberação de recursos financeiros. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Eleonora Santa Rosa, Secretária de Cultura, agradecendo a este Poder o apoio recebido para a realização da I Conferência Estadual de Cultura. (- À Comissão de Cultura.)

Do Sr. Silas Brasileiro, Secretário de Agricultura, agradecendo convite recebido por meio do Ofício nº 2.692/2005/SGM, para reunião em 6/12/2005, comunicando sua impossibilidade de comparecer e indicando representante. (- Às Comissões de Saúde e Política Agropecuária.)

Da Sra. Maria Aparecida de Oliveira Severino, Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em atenção ao Requerimento nº 5.327/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Do Sr. Domingos dos Reis Monteiro, Presidente da Câmara Municipal de Alfenas, encaminhando moção de apoio e solidariedade à Defensoria Pública do Estado, aprovada por essa Casa a partir de proposta do Vereador Eliacim do Carmo Lourenço. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.687/2005.)

Do Sr. José Antônio dos Reis, Reitor da Uemg, comunicando que a Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - Fepesmig - manifestou opção por desvincular-se daquela Universidade. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da Seção de Minas Gerais da OAB, encaminhando cópia de ofício, enviado a essa entidade, em que o Sr. Antônio Chaves de Oliveira, Prefeito Municipal de Igarapé, reivindica a inclusão da comarca sediada nesse Município no rol das comarcas de 2ª entrância. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 72/2005.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário de Estado da Casa Civil (6), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 2.132, 2.342, 2.480, 2.533, 2.581 e 2.661/2005, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexem-se aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Rogério Filippetto de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.534/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Almir Márcio Miguel, Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Gidur-BH - da CEF, notificando da liberação de recursos financeiros do FGTS destinados à Copasa-MG - Programa Pró-Saneamento, referentes às parcelas dos contratos que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Flávio Alves Monteiro, Coordenador do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul - UPM -, encaminhando relatório e outros documentos referentes à reunião preparatória do V Fórum de Corredor Bioceânico Central, realizada nos dias 24 e 25 de novembro em Ciudad del Este, Paraguai.

Da Sra. Sandra M. Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais - Serjusmig -, solicitando empenho para agilizar a tramitação do Projeto de Lei nº 2.854/2005, que estaria na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, aguardando designação de relator. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.854/2005.)

Da Diretoria Colegiada do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais - Sinjus -, solicitando que se agilize a tramitação de projeto encaminhado a esta Casa pelo TJMG, que trata do reajuste salarial dos servidores do Judiciário mineiro. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.854/2005.)

Da Diretoria Colegiada do SIND-Saúde-MG, comunicando teor da decisão tomada em assembléia geral pelos trabalhadores em exercício laboral na Fundação Hemominas pelas razões que menciona. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Moacyr Lopes de Almeida, 2º-Sgt. PM, encaminhando cópia de correspondência relativa a proposta de aumento para os praças, apresentada pelo Presidente da AOPMBM. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.812/2005.)

Do Sr. Américo Chaves, Presidente Nacional da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, formulando convite a esta Casa para participar da Mesa Diretora da sessão solene de encerramento do Curso de Estudos de Política e Estratégia, realizado por essa instituição.

Do Sr. Luiz Cláudio Peixoto Cury, Presidente da Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade, solicitando seja colocado em ordem do dia do Plenário o Projeto de Lei nº 1.911/2004, do Deputado Paulo Piau. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.911/2004.)

Da Sra. Maria das Dores Teixeira de Freitas, solicitando seja apurada denúncia sobre aumento de incidência de câncer em população vizinha a granjas de engorda de frango. (- Às Comissões de Política Agropecuária e de Saúde.)

Do Sr. Orlando Silva, encaminhando programa de curso sobre parcerias público-privadas.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 2.889/2005

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Visconde do Rio Branco o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Visconde do Rio Branco o imóvel constituído por um terreno e respectivas benfeitorias, com área de 10.100,00m<sup>2</sup> (dez mil e cem metros quadrados), situado na zona rural, Fazenda Santa Juliana, desse Município, registrado com o nº 12.331, fls. 48, do Lº 3-S, de Transcrições, no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Visconde do Rio Branco.

Parágrafo único - O imóvel descrito no "caput" deste artigo destina-se ao funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Malacacheta.

Art. 2º- O imóvel descrito no art. 1º reverterá ao patrimônio do Estado cessada a causa da doação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor um ano após a sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2005.

Ana Maria Resende

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo formalizar a doação de um imóvel de propriedade do Estado, constituído por um terreno com área de 10.100,00m<sup>2</sup>.

É fundamental que se corrija a situação existente, pois a Apae, que presta serviços benéficos e relevantes à comunidade de Visconde do Rio Branco, vem tendo grandes dificuldades para o recebimento de verbas destinadas à realização de obras, devido a sua condição.

Sabendo da grandeza do trabalho filantrópico realizado pelas Apaes do nosso Estado, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.890/2005

Aplica ao Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais a regra estabelecida no inciso I do art. 62, da Lei Federal nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ao Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, aplica-se o disposto no inciso I do art. 62, da Lei Federal nº 5.010 de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2005.

Durval Ângelo

Justificação: O projeto de lei ora apresentado tem por escopo garantir por meio de lei ordinária da fixação do período de 20 de dezembro a 6 de janeiro como feriados na Justiça do Estado, em atendimento a uma demanda do próprio Judiciário, seus membros e servidores, como da própria OAB, que vê no período oportunidade quase única de garantia de descanso aos vários advogados e advogadas em exercício profissional em Minas Gerais.

O fato de a questão já ter sido tratada em Resolução do Tribunal de Justiça não impede a previsão em norma de hierarquia superior. Pelo contrário, garante a proteção efetiva da matéria.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 2.891/2005

Declara de utilidade pública a Associação Estrela da Manhã de Águas Formosas, com sede no Município de Águas Formosas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Estrela da Manhã de Águas Formosas, com sede no Município de Águas Formosas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2005.

João Leite

Justificação: A Associação Comunitária Estrela da Manhã de Águas Formosas é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo precípuo desenvolver ações em prol das crianças e adolescentes do Município de Águas Formosas. Apóiam, atualmente, 64 crianças de 5 a 12 anos fornecendo-lhes reforço escolar, alimentação, atividades desportivas e de lazer.

Tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças, razão pela qual acreditamos que o reconhecimento da entidade como de utilidade pública estadual fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado. Conto, pois, com o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação do presente projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei nº 2.892/2005

Declara de utilidade pública a Associação Clube de Malha da Vila Casal, com sede no Município de Ubá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Clube de Malha da Vila Casal, com sede no Município de Ubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2005.

Roberto Carvalho

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei nº 2.893/2005

Altera a Lei nº 15.259, de 7 de julho de 2004, que institui sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - para os grupos de candidatos que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 15.259, de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

I - estudantes carentes;

II - portadores de deficiência e indígenas.".

Art. 2º - Os incisos I e II do art. 2º da Lei nº 15.259, de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - (...)

I - carente o candidato assim definido pelas instituições a que se refere o "caput" do art. 1º da Lei nº 15.259, de 2004, conforme critérios baseados em indicadores sócio-econômicos oficiais;

II - indígena o candidato que assim se declarar, observadas outras condições estabelecidas pela instituição de ensino;".

Art. 3º - O percentual de vagas a serem reservadas pela Uemg e pela Unimontes será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), distribuídas da seguinte forma:

I - 45% (quarenta e cinco por cento) para os estudantes carentes;

II - 5% (cinco por cento) para candidatos a que se refere o inciso II do art. 1º.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2005.

Comissão de Participação Popular

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Biel Rocha. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.161/2005 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei nº 2.894/2005

Altera a Lei nº 15.259, de 7 de julho de 2004, que institui sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - para os grupos de candidatas que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 1º da Lei nº 15.259, de 7 de julho de 2004, o seguinte parágrafo único:

"Art. 1º - (...)

Parágrafo único - Fica estabelecido que a reserva de vagas (cotas) de que trata esta lei, está sendo aprovada e será implantada nas instituições de ensino, mencionadas no "caput" deste artigo, como um dos meios de possibilitar e facilitar o acesso dos beneficiados referidos nos incisos deste.".

"Art. 2º - O inciso III do art. 1º da Lei 15.259, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

III - portadores de direitos especiais e indígenas.".

Art. 3º - O art. 3º da Lei 15.259, de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Para ocupar as vagas destinadas aos candidatos carentes conforme especificado nos incisos do art. 1º, será destinado o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), distribuído da seguinte forma:

I - 30% (trinta por cento) para os alunos carentes afro-descendentes e indígenas;

II - 15% (quinze por cento) para os alunos carentes, egressos de escolas públicas;

III - 5% (cinco por cento) para os alunos carentes portadores de direitos especiais.".

Art. 4º - Fica acrescentado o § 2º ao art. 9º da Lei nº 12.259, de 2004, e fica transformado em § 1º o atual parágrafo único desse artigo:

Art. 9º - (...)

§ 1º - (...)

§ 2º - A Comissão a que se refere o "caput" acompanhará e avaliará o sistema de reserva de vagas (cotas), instituído por esta lei e desempenhará as seguintes funções:

I - fiscalizar o emprego das reservas de vagas (cotas) nas instituições de ensino estaduais, previstas nesta lei;

II - receber, analisar e deliberar sobre os casos relativos à reserva de vagas (cotas) que estiverem em desacordo com o que trata esta lei, ou que estiverem trazendo prejuízos aos beneficiados pela reserva de vagas (cotas);

III - cumprir, a partir de um regulamento a ser criado pela própria comissão, as suas funções, conforme o que estabelece a lei, sem que isso importe em nenhum ônus financeiro para o Estado, tais como pagamento de salários, comissões ou outros, ficando expressamente dito que se trata de comissão voluntária e indicada entre os seus representados;

IV - propor projetos, emendas, consultas populares, audiências públicas, enfim, os mecanismos que se julgar necessários para continuar a dar cumprimento ao atendimento da reserva de vagas (cotas) no ensino superior do Estado;

V - promover campanhas informativas e formativas sobre tema relacionado aos beneficiados pela reserva de vagas (cotas), a comissão, através dos meios democráticos disponíveis;

VI - contar, para o cumprimento de suas funções e a partir do que trata o inciso V, deste artigo, com apoio financeiro privado, desde que sejam observados os mecanismos legais de patrocínio e publicidade do apoio;

VIII - encaminhar, observados suas normas e seu regimento interno de funcionamento, relatório mensal de suas atividades e discussões relativos ao benefício da reserva de vagas (cotas) ao "Observatório de Políticas Públicas", garantindo, assim, à sociedade em geral o acesso às suas discussões e deliberações.

Art. 5º - Fica acrescentado à Lei nº 15.259, de 2004, o seguinte art. 9 - A:

"Art. - 9-A - Ficará a critério também da comissão paritária propor projetos e afins, com distribuição a quem se apresentar como componente, que visem a melhorias no ensino superior.

Parágrafo único - Contempla-se como melhorias no ensino educacional do Estado, os meios físicos, administrativos e programáticos que incorporem os beneficiados pelo sistema de reserva de vagas (cotas). Ressalta-se que o objetivo central das melhorias propostas residirá em políticas de erradicação de todo e qualquer preconceito social, econômico e racial".

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2005.

Comissão de Participação Popular

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Biel Rocha. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.161/2005 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei nº 2.895/2005

Assegura aos agricultores familiares o direito de comercializar seus produtos agropecuários com dispensa de licitação pública e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica assegurado aos agricultores familiares o direito de comercializar, com dispensa de licitação pública, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, os seus produtos agropecuários, desde que esses produtos tenham como destino as ações de distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar e de formação de estoques de segurança.

Parágrafo único - Considera-se, para efeito desta lei, agricultores familiares as pessoas que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf -, nos termos da legislação federal.

Art. 2º - A aquisição de produtos na forma do art. 1º desta lei somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 3º - Os recursos arrecadados com a venda de estoques de segurança formados nos termos desta lei serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional, como a alimentação escolar.

Art. 4º - A sistemática de aquisição e doação dos produtos agropecuários a que se refere esta lei deverá levar em conta as diferenças regionais em relação à realidade da agricultura familiar e da população em situação de insegurança alimentar.

Parágrafo único - Na definição da população em situação de insegurança alimentar será consultado o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais - Consea-MG, estabelecido pela Lei Delegada nº 95, de 29 de janeiro de 2003 - Capítulo II - art. 4º - Inciso II.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2005.

Leonardo Moreira

Justificação: O projeto de lei visa constituir na legislação estadual mecanismos que assegurem o direito humano à alimentação e nutrição num contexto de afirmação da soberania alimentar do País. Ele permite viabilizar a formação de estoque de segurança para garantir à população alimentos da cesta básica.

O projeto está em sintonia com as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO - e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, que apontam para a necessidade de formação de estoques públicos de alimentos com a finalidade de garantir um volume mínimo de produtos da cesta básica suficiente para suprir o consumo nacional, especialmente das populações submetidas ao risco de desabastecimento. Estes estoques de segurança seriam adquiridos diretamente pelo poder público nas próprias regiões produtoras e utilizados na distribuição para a população vulnerável, especialmente por meio de programas institucionais, como a alimentação escolar e outros.

A aquisição de produtos de agricultores familiares com este objetivo criaria um círculo virtuoso, ligando a ampliação da demanda efetiva de alimentos ao incentivo ao crescimento da oferta de alimentos baratos, dois dos eixos prioritários de ação para alcançar a segurança alimentar no País.

A iniciativa foi discutida e aprovada no âmbito da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN -, e da Subcomissão Mista sobre Segurança Alimentar e Nutricional - Fome Zero, que desenvolveu seus trabalhos entre abril de 2003 e junho de 2004.

Ela visa permitir as condições para que o Poder Executivo Estadual implante ações semelhantes ao Programa de Aquisição de Alimentos, iniciado pelo Governo Federal em agosto de 2003, como parte das políticas estruturantes do Programa Fome Zero, criado para combater a fome, a miséria e suas causas estruturais, que geram a exclusão social.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.896/2005

- O Projeto de Resolução nº 2.896/2005, da Mesa da Assembléia, foi publicado na edição anterior.

#### REQUERIMENTOS

Nº 5.892/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Sapucaí-Mirim pelo transcurso de seu 68º aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 5.893/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Carmo do Cajuru pelo transcurso de seu 57º aniversário de emancipação político-administrativa. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.894/2005, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Câmara Municipal de Conceição das Alagoas, na pessoa de seu Presidente, Sr. Élcio Souto de Paula, pelos serviços prestados à comunidade, especialmente na luta contra as drogas.

Nº 5.895/2005, do Deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Centro Geral de Pediatria - CGP -, na pessoa de sua Diretora, Sra. Helena Francisca Valadares Maciel, por ter recebido dos Ministérios da Saúde e da Educação o credenciamento como hospital de ensino. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 5.896/2005, do Deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - Crea - MG -, na pessoa de seu Presidente, Sr. Marcos Túlio de Melo, pela passagem do Dia do Arquiteto, do Engenheiro e do Agrônomo. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.897/2005, do Deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, na pessoa de sua Presidente, Sra. Débora Maria Befi-Lopes, pela passagem do Dia do Fonoaudiólogo. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 5.898/2005, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Fazenda com vistas à obtenção de informações relativas a cartórios de registro de imóveis de Minas Gerais. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 5.899/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, solicitando seja formulada manifestação de aplauso com o jornal "Folha da Mata" pelo transcurso de seu 25º aniversário de fundação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.900/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, pleiteando sejam solicitadas ao Secretário de Fazenda informações sobre a receita mensal e o valor mensal do reembolso que menciona aos cartórios de registro civis. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Miguel Martini. Anexe-se ao Requerimento nº 5.898/2005 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 5.901/2005, da Comissão de Administração Pública, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado com vistas à apuração de suposta prática de atos atentatórios ao decoro da classe militar mineira.

Nº 5.902/2005, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Meio Ambiente com vistas à criação do Parque Estadual de Itacambira.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Deputada Lúcia Pacífico e dos Deputados Adalclever Lopes e Márcio Kangussu.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Educação, de Turismo, de Meio Ambiente, de Segurança Pública, de Administração Pública e de Transporte, dos Deputados Djalma Diniz e Roberto Carvalho e da Deputada Maria Olívia.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Carlos Pimenta, Weliton Prado e a Deputada Elisa Costa proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Com a palavra, o Deputado Edson Rezende.

- Os Deputados Edson Rezende e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 5.901/2005, da Comissão de Administração Pública, e 5.902/2005, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação - aprovação, na 7ª Reunião Extraordinária, em 7/12/2005, dos Projetos de Lei nºs 1.950/2004, do Deputado Adalclever Lopes, 2.465/2005, do Deputado Jayro Lessa, e dos Requerimentos nºs 5.653/2005, do Deputado Gustavo Corrêa, 5.756, 5.759 e 5.760/2005, do Deputado Antônio Andrade, 5.774 e 5.775/2005, do Deputado Jayro Lessa, e 5.776/2005, do Deputado Padre João; de Turismo - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 7/12/2005, do Projeto de Lei nº 2.485/2005, do Deputado Doutor Ronaldo, e dos Requerimentos nºs 5.791, 5.792 e 5.796/2005, da Comissão de Participação Popular; de Meio Ambiente - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 7/12/2005, dos Requerimentos nºs 5.790, 5.795, 5.813 e 5.814/2005, da Comissão de Participação Popular; de Segurança Pública - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 13/12/2005, dos Requerimentos nºs 5.757 e 5.761/2005, do Deputado Antônio Andrade; de Administração Pública - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 7/12/2005, dos Requerimentos nºs 5.701/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 5.703/2005, do Deputado Doutor Viana, 5.734/2005, do Deputado Doutor Ronaldo, e 5.797/2005, do Deputado Mauri Torres; e de Transporte - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 13/12/2005, dos Projetos de Lei nºs 2.518/2005, do Deputado Sebastião Costa, 2.608, 2.611 e 2.613/2005, do Deputado Carlos Pimenta, 2.622/2005, do Deputado Arlen Santiago, 2.645/2005, do Deputado Sebastião Costa, 2.656/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e dos Requerimentos nºs 5.685/2005, do Deputado Ivair Nogueira, 5.707/2005, do Deputado Fahim Sawan, 5.732, 5.755 e 5.821/2005, do Deputado Antônio Andrade, 5.782 a 5.789, 5.793, 5.794, 5.833 e 5.840/2005, da Comissão de Participação Popular, 5.798 a 5.800/2005, do Deputado Célio Moreira, e 5.801/2005, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

### Despacho de Requerimentos

A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento da Deputada Lúcia Pacifico, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.782/2005 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso VII do art. 232, c/c com o art. 140, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando que o Projeto de Lei nº 896/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Meio Ambiente perdeu o prazo para emitir parecer; e, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Márcio Kangussu, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 1.946/2004.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, o Deputado Gustavo Valadares.

- O Deputado Gustavo Valadares profere discurso, que será publicado em outra edição.

### Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez fiz apelo ao Deputado André Quintão, Líder do Bloco PT-PCdoB. Analisando esta pauta, percebemos que há aqui 20 projetos de autoria do Governador. Portanto, temos vários projetos, e o Bloco pode persistir nessa obstrução, que é legítima, democrática e, acima de tudo, regimental. O Regimento é claro.

No entanto, insistimos aos colegas Deputados, André Quintão, Rogério Correia, Edson Rezende e demais componentes que integram a Bancada do PT, assim como à companheira Jô Moraes, do Pcdob: ainda há cerca de 15 projetos de Deputados, os quais precisamos votar. São projetos de interesse do povo de Minas Gerais, porque certamente alcançarão esse povo mineiro com vários benefícios.

Portanto, é necessário que haja por parte do Bloco PT-PCdoB uma coerência, conforme o que registramos aqui pela manhã e voltamos a registrar. Insisto, a obstrução é legítima, regimental e certamente fará com que haja um consenso entre o Líder do Governo, o Presidente desta Casa, a base e a Oposição, especialmente o Colégio de Líderes, para tratar dessa matéria.

Deputado Rogério Correia, farei aqui as cobranças. Estarei também, aqui, apresentando emenda, porque temos um projeto do Ministério Público que prevê um reajuste de 67% para seus integrantes. No entanto, o projeto do Judiciário ainda não chegou à Casa. O projeto do Ministério Público deveria estar vinculado ao do Judiciário. O Ministério Público, ao enviar projeto de lei à Casa prevendo reajuste para seus integrantes, não está obedecendo aos ditames constitucionais. É preciso, antes, conceder reajuste aos membros do Poder Judiciário.

Espero contar com o apoio do Bloco PT-PCdoB a fim de não se permitir que o projeto do Ministério Público seja aprovado antes de o Judiciário solucionar a questão do reajuste dos membros desse Poder. Há uma vinculação constitucional.

Sr. Presidente, relaciono-me muito bem com a bancada de oposição na Casa. Já participei, com o Deputado Rogério Correia, de várias comissões e CPIs, quando obtivemos vários êxitos em nossa atuação parlamentar. Temos 40 projetos na pauta, dos quais 15 são de Deputados. Portanto, faço um apelo aos Deputados do Bloco PT-PCdoB, porque não podemos continuar a obstruir a pauta com projetos de Deputados.

Obstruir a pauta para forçar uma negociação dos projetos de iniciativa do governo do Estado que envolvem servidores públicos - da segurança pública, do Ipsemg - e as tabelas de outros órgãos é um pleito que a Oposição deve fazer dentro da democracia, nesse processo de obstrução. Mas obstruir projeto de Deputado é obstruir a nós mesmos. Sr. Presidente, na pauta há três projetos do Deputado Roberto Carvalho, um do Deputado Ricardo Duarte e outro do Deputado Padre João, companheiros integrantes da Bancada do PT. Faço um apelo para que V. Exas. peçam, por meio de requerimento regimental, a inversão da pauta, a fim de que os projetos de Deputados sejam discutidos e votados em



primeiro lugar. Antes, é necessário votar um veto para desobstruir a pauta; caso contrário, não será possível votá-los.

Sr. Presidente, estarei aqui quantas vezes forem necessárias, nas sessões das 9, 14, 20 horas, e também de madrugada, cobrando do Bloco PT-PCdoB para que haja a desobstrução. Era essa a questão de ordem que queria apresentar. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, o Deputado Gustavo Valadares.

- O Deputado Gustavo Valadares profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entrarei no mérito, evidentemente, dessa discussão, mas que bom seria se estivéssemos discutindo projetos de desenvolvimento para o nosso país, para o nosso Estado, para os nossos Municípios, e não apenas condenando atitudes de "a" ou de "b". Mas isso faz parte do processo de amadurecimento e consolidação do processo democrático. Isso, no Estado da democracia brasileira, na minha avaliação, está normal, e é por aí que vamos crescendo.

Mas gostaria de fazer um apelo a esta Casa para que pudéssemos avançar no processo legislativo. Consultando a pauta dos trabalhos, vejo projetos altamente interessantes para os mineiros, para Minas Gerais, para o funcionalismo público, para o meio ambiente, para a estrutura do Estado de uma maneira geral. E queria destacar um deles, para ver a importância que é o fundo de incentivo ao desenvolvimento, que é um projeto em que o governo do Estado juntou três fundos, consolidando-os em apenas um, para que esse manejo pudesse adequar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal e à legislação em vigor.

Além disso, o fundo de equalização que consta nessa pauta é para tornar competitivos os investimentos que virão para Minas, sob pena de perdermos para Bahia, São Paulo, Goiás, Mato Grosso. Evidentemente, isso resulta em menos emprego para o nosso povo mineiro.

Faço esse apelo para garantirmos as nossas convicções numa pauta mínima, negociarmos à exaustão e avançarmos neste final de semana e no início da próxima semana, votando a Lei Orçamentária para 2006.

Sr. Presidente, deixo uma contribuição. A imprensa de hoje traz aqui este título: "Brasil zera dívida com o FMI". Não quero entrar no mérito se o governo tomou uma atitude correta ou errada. Deixo aqui uma reflexão. Se pagar US\$15.000.000.000,00 for bom para diminuir a dívida, poderemos abaixar as taxas de juros; abaixando-as, menos dólares especulativos entrarão no nosso país; a entrada de menos dólares especulativos para pegarem as nossas altas taxas de juros e o mercado financeiro ganhar dinheiro fácil com o suor e o sangue dos brasileiros refletirá diretamente nesse dólar subvalorizado, dificultando as exportações do País; dificultando-as, geraremos menos emprego para o povo brasileiro. Se esse for o objetivo, estou de pleno acordo com o governo federal de tê-la saldado com o FMI. Porém, se a intenção for apenas retórica, para dizer que não deseja falar de FMI, porque há 20 anos já falavam "Fora FMI", e deixar as estradas numa condição inaceitável para nós, cidadãos, e, evidentemente, para os empresários que por elas precisam trafegar as suas cargas, essa negociação com o FMI não é aceitável.

Sem entrar no mérito, não tenho ainda uma avaliação precisa se essa atitude foi certa ou não. Somente faço um comparativo de uma visão futura de produzirmos mais com essa medida. Se chegarmos lá, aplaudiremos o governo federal. Precisamos de R\$5.000.000.000,00 apenas para consertar as nossas estradas federais. Porém, pagamos dívida com o FMI. Espero que essa decisão tenha sido correta. Deixo aqui a reflexão para todos os presentes, os Deputados e o povo mineiro, a fim de acompanharmos esse lance do pagamento da dívida, ou seja, se realmente houve acerto. Esperamos que tenha ocorrido, porque devemos torcer, no fundo, pelo Brasil. Sr. Presidente, obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, o Deputado da base de governo fez um desafio para promovermos uma comparação entre os governos federal e estadual. A princípio, iria utilizar o microfone para dizer que aceito o desafio para promover essa comparação. Reavaliando, não há nem como comparar. Mostrarei os números aqui. Por exemplo, a previsão orçamentária dos gastos em publicidade do governo do Estado é de R\$10.000.000,00. Ele autorizou R\$65.000.000,00. Aliás, o Tribunal de Contas do Estado analisou as prestações de contas do governo do Estado e já chamou a sua atenção, porque houve um gasto excessivo. De 2003 para 2004, houve um aumento de 106%. O gasto em 2003 foi de R\$25.000.000,00 e, em 2004, passou para R\$52.000.000,00. Isso sem falar dos gastos em publicidade de empresas como Cemig, Copasa e BDMG, de R\$44.000.000,00 em 2004, contra R\$12.000.000,00, em 2003. O aumento para essas empresas foi de 264%. Por que não garantem esse reajuste e aumento para os servidores?

O governo do Estado gasta mais em publicidade do que em assistência social, cujos recursos estão na casa dos R\$35.000.000,00; do que na área do trabalho, com recursos de R\$12.000.000,00; do que na área de cultura, com recursos de R\$33.000.000,00; do que na área de direito da cidadania, com recursos de apenas R\$4.000.000,00. Enquanto na publicidade foram gastos R\$60.000.000,00, foram gastos apenas R\$7.000.000,00 no urbanismo, R\$35.000.000,00 na habitação, R\$2.400.000,00 na reforma agrária e R\$9.400.000,00 no esporte e lazer, área fundamental.

Os gastos são também superiores às despesas dos 28 projetos estruturadores. Ele gasta mais em publicidade do que em 28 dos 31 projetos. Também desrespeita a Emenda nº 29, que obriga a aplicação de determinado percentual na área da saúde. O Deputado Rêmoló Aloise sabe muito bem, pois é médico, que na área da saúde o déficit é de quase R\$1.000.000.000,00. Terminará o governo com um déficit de R\$4.000.000.000,00.

Continuemos, façamos o comparativo. Nas áreas sociais, gasta-se muito aquém do necessário. Para alimentação escolar do ensino médio, a previsão, incluída no PPAG de 2004 a 2007, era de R\$500.000,00 para atender a 36 mil estudantes dos ensinos médios noturnos nas cidades mais pobres do Estado. A autorização, bem como o empenho, foi de zero! Para a publicidade há recursos, mas, para a merenda dos alunos do ensino médio, não!

Comparemos com relação ao Pró-Acesso, programa do governo de ligação asfáltica. Dos R\$150.000.000,00 gastos, R\$145.000.000,00 são recursos da Cide, portanto, do governo federal. No que se refere ao Fundef, a cota estadual do salário-educação, Minas recebeu

R\$519.000.000,00. Com relação ao SUS, foram R\$475.000.000,00. Os Municípios de Minas Gerais receberam mais de R\$6.000.000.000,00, até o mês de setembro, do governo federal.

Comparemos com o que o Aécio Neves gastou na área social. No programa Minas sem Fome, a previsão do orçamento era de R\$50.000.000,00. Foram empenhados R\$59.000.000,00, mas foram gastos apenas R\$865.000,00, portanto, apenas 1,45%.

Agora, no que se refere ao governo federal, foram investidos em Minas R\$1.700.000.000,00: 931 mil famílias estão recebendo R\$56.000.000,00 com o Bolsa-Família, quase 10 mil famílias foram atendidas com o Cartão-Alimentação, e 421 mil famílias receberam Auxílio-Gás. Ao todo, mais de 1.400.000 famílias são beneficiadas pelos programas do governo federal.

Concluindo, Sr. Presidente, há, ainda, os benefícios para os portadores de necessidade e de deficiência física no valor de R\$300.000.000,00. Há também os gastos com os idosos, sem contar com o programa do leite, que beneficia mais de 500 mil pessoas em Minas e que já atendeu 19 milhões. Não há como comparar.

Vejo que não há quórum para a continuidade dos nossos trabalhos, portanto, Sr. Presidente, solicito que encerre, de plano, a reunião. O meu pedido é regimental.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Vejo, hoje, nesta Casa, muita fala e pouca produção. Temos que acertar a situação básica que aí está.

Quero explicar aos senhores e às senhoras nas galerias, aos telespectadores da TV Assembléia, que criamos, há 10 anos, justamente para mostrar o que fazemos e para dar transparência aos trabalhos desta Casa, a TV Assembléia.

Ontem, estávamos para acertar os últimos detalhes, mas os debates ficaram para segunda-feira ou terça-feira. Já está acertado aqui que só votaremos na semana que vem, porque o PT não fez o acordo. O Deputado que me antecedeu não explicou que já há um acordo nesse sentido. Digo isso para as pessoas não ficarem gastando tempo aqui nas galerias. Vocês explicaram isso? Explicaram também que pararam ontem a reunião na Casa?

Dizia-se que o Governador Aécio Neves se encontrava em uma solenidade em Brasília. Solicitava-se que só votássemos, só déssemos prosseguimento aos trabalhos da Casa, se o Governador usasse seu prestígio, colocando em votação o orçamento da União. Ontem, tentava-se fazer um combinado: só votaríamos se o Governador Aécio Neves usasse seu prestígio para colocar em votação o orçamento federal. Pasmem, telespectadores da TV Assembléia! Ontem, a Casa parou às 21 horas, com uma pauta carregada, não para negociar a reivindicação dos servidores públicos, mas única e exclusivamente para obter o compromisso do PT de envidar esforços junto ao Governador para ajudar na votação do orçamento, na Câmara Federal.

O Deputado Weliton Prado, que me antecedeu, logo pediu verificação de quórum, porque sabia que eu estava falando para a rádio Itatiaia, que comentaria o assunto. Portanto, os senhores, que se encontram nas galerias, e os telespectadores da TV Assembléia ficariam sabendo disso. O poder de barganha, ontem, não tinha como objetivo votar, atender a nenhuma reivindicação dos senhores e das senhoras. Era exclusivamente para pedir ao Governador de Minas que acertasse o orçamento federal, uma vez que se encontrava em Brasília, podendo chamar a bancada, solicitando que ajudasse o Governo Lula a votar.

Lembro aos companheiros das galerias que, se o Alencarzinho não tivesse falado aqui, a reunião já teria terminado. Lembro-lhes também que só será votado projeto de seu interesse na segunda ou na terça-feira, caso haja um esforço concentrado da bancada do governo. Foi isso o que ficou acertado. Por que não dizem o que realmente está acontecendo? Primeiro, o Governador tem de ajudar lá, em Brasília; depois, só na próxima semana, será votado o que já deveria ter sido submetido à votação.

Não pedirei o encerramento da reunião. Gostaria de ouvir os Deputados Rogério Correia, André Quintão e os demais parlamentares, a fim de que expliquem às pessoas presentes o que está ocorrendo. Solicito que a reunião continue, pois ouvirei, com muita paciência, os Srs. Deputados.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, pretendo prestar alguns esclarecimentos ao Deputado Alencar da Silveira Jr. e a todos os que escutaram suas palavras. O Deputado, por vários motivos, evidentemente justos, não pode acompanhar toda a reunião de hoje, mas vários pontos aqui foram levantados e discutidos. Há muitas questões ainda pendentes nesta Assembléia Legislativa. Uma delas refere-se exatamente aos projetos a serem votados.

O Deputado André Quintão, como nosso líder, está responsável por toda essa negociação. São vários projetos.

No projeto do Ipsemg, o Governador deu calote. Aliás, mais um, porque o Azeredo já havia dado outro antes. Por isso não aceitamos que o projeto entre na pauta.

A tabela de reajuste dos servidores é só para março, mas queremos que seja para setembro.

Quanto à área da saúde, também existem propostas de emendas.

Há ainda outros problemas na Assembléia Legislativa. Por exemplo, há o descumprimento de compromissos do governo para com esta Casa no que diz respeito a emendas apresentadas para os Prefeitos do nosso partido. Dissemos isso com toda a clareza, porque já há um acordo sobre isso, mas ele não foi cumprido. É preciso que os acordos feitos entre governo, Oposição, base do governo e Situação sejam cumpridos.

Ainda há uma polêmica que não fomos nós que trouxemos. Hoje fiz uma crítica ao jornal que publicou que o PT ameaça o orçamento em Minas e em São Paulo. O Deputado Márcio Kangussu não concordou com ela, mas acho que estou certo. Não somos nós que estamos ameaçando o orçamento. Na verdade, o PFL e o PSDB não só ameaçaram, como também estão em Brasília boicotando a votação do orçamento do ano que vem, para prejudicar não o governo do Presidente Lula, e sim o Brasil. É evidente que esse tipo de atitude não contribui com o País e nem com os Estados. O nosso posicionamento é muito diferente disso.

Logo, o PT não pode deixar sem resposta uma atitude tão sectária, tão conservadora e tão golpista como essa de deixar um País sem orçamento. Para votar o orçamento do Estado, essas questões precisam ser levadas em consideração. O Governador Aécio Neves não pode agir com uma cara aqui e outra lá. Quando o Lula vem, ele elogia, e quando o Lula vai embora, ele boicota e pede aos seus Deputados de Brasília que também boicotem o orçamento da União.

O Governador tem de ser chamado à responsabilidade. Será que ele deseja que se faça uma oposição responsável apenas aqui, enquanto

incentiva uma oposição sectária em Brasília? Essa questão tem de ser claramente levantada na frente da TV Assembléia para a imprensa, para os telespectadores, para os Deputados, enfim, para todos. Não há nada que estamos fazendo que não possa ser dito. Tudo que fazemos é para ser revelado. Temos muito orgulho da nossa posição aqui. Se vocês discordam ou não dela, é um direito que têm. Não somos donos da razão, mas fazemos a nossa política muito claramente.

V. Exas. têm acompanhado desde cedo esse debate. O que ocorreu ontem, na reunião de líderes, nos foi relatado hoje na bancada. E o nosso líder vai explicar a posição do PT. Essa é a melhor posição para Minas Gerais e para o Brasil.

Pedimos aos Deputados da base do governo Aécio Neves que nos ajudem em Brasília, para que o seus partidos não tenham essa postura sectária de reprovar o orçamento do Presidente da República em razão das eleições do ano que vem, prejudicando o Brasil e todo o calendário eleitoral. Isso não ajuda em nada; não é oposição que mereça respeito do povo brasileiro. Uma oposição como essa não merece voto, nem sequer daqueles que não concordam com o governo. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - O Deputado que fez essas críticas ao Bloco PT-PCdoB, como disse o Deputado Rogério Correia, não acompanhou o desenrolar desta reunião ordinária, obviamente por questões de trabalho.

Mais uma vez, vamos manifestar, de maneira absolutamente clara, a nossa posição dita ontem no Colégio de Líderes e, hoje, na reunião do bloco.

Agora há pouco, fechamos um acordo com o Líder de governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, e com o Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres, em negociação com os demais líderes partidários de todas as representações.

Temos mais de 20 projetos do Executivo e projetos importantes de Deputados na pauta; temos um veto; temos matérias em que há acordo e interesse de votar, como é o caso do projeto que institui a lei orgânica da segurança alimentar em Minas Gerais, do Consea. Já o votamos em 1º turno, e queremos votá-lo em 2º turno.

Existem projetos para os quais ainda não há acordo, como é o caso da tabela salarial. Não aceitamos pagamento apenas em março de 2006. Esse é um ponto importante para nós e, enquanto não for negociado, usaremos os instrumentos facultados pelo Regimento. Não adianta votarmos de maneira atropelada uma tabela salarial, com um ínfimo reajuste, que vigorará apenas em março, perto da realização da Copa do Mundo. É a tabela Copa do Mundo: vota agora e vale apenas nos meses próximos à Copa do Mundo. Isso não é possível. Temos que chegar a um ponto comum.

Temos uma emenda de setembro de 2005. Ela é de setembro, assim como ocorreu com a saúde, com a educação básica e com a educação superior. Retiramos a nossa emenda para que ela virasse uma emenda do Colégio de Líderes, a fim de não falarem que ela retroagiu a setembro para que o PT e o PCdoB colhessem os louros. Esse é outro ponto importante para nós.

Quanto ao projeto do Ipsemg, não podemos analisar um projeto dessa natureza em três ou quatro dias. Ele é muito sério. O Ipsemg é resultado da luta do povo, do servidor de Minas Gerais. Não podemos irresponsavelmente votá-lo nesse prazo. Não queremos decretar o fim dessa instituição em três dias. Isso não acontecerá com o voto do Bloco PT-PCdoB.

Já foram apresentadas várias emendas ao orçamento: na área da saúde, da segurança pública, da assistência social. Há verbas para a Uemg, para a complementação da merenda escolar, etc. Minas Gerais é um dos poucos Estados em que o governo não complementa com nenhum centavo a merenda. Queremos discutir nossas emendas.

O Deputado fez-me sair de uma reunião com o Líder de governo e com as assessorias técnicas do Bloco e da Maioria, quando discutíamos o projeto dos servidores. Tivemos que interromper nossos trabalhos porque ele disse aqui coisas que não procedem. Ontem, no Colégio de Líderes, tratamos da questão do funcionalismo, e quem estava presente ouviu.

Também foi dito que Minas Gerais está em uma linha de equilíbrio, o que é positivo. É necessário que a Oposição de Brasília não prejudique o interesse de Minas. Não falamos do interesse do governo Lula, pois, quando travam o orçamento federal, os recursos deixam de vir para os Municípios mineiros. Se o orçamento da União não for aprovado, são liberadas apenas as verbas para custeio, e as verbas de investimento não são liberadas.

Quem tem compromisso com Minas, independentemente do partido, deve ajudar a desbloquear o orçamento da União. Esse acordo foi feito com lideranças de outros partidos presentes. Não falo em chantagem, pois a Oposição nunca agiu dessa forma, até porque não precisa. Isso não faz parte do nosso método, pois, se quisermos obstruir, conseguimos fazê-lo de acordo com o Regimento. Temos nos pautado pela seriedade e pelo compromisso com Minas Gerais.

Sr. Presidente, continuaremos firmes nessa linha de negociação séria e transparente. Se haverá acordo ou não, isso dependerá do conteúdo das negociações. Esperamos que haja, para que, na semana que vem, aproveemos o melhor para o serviço público, para os servidores e para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, às vezes, tenho a impressão de que outras pessoas discursam nesta Casa. Ontem, tive o desprazer de ouvir as palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr., quando o Presidente foi chamado ao Salão Vermelho. Vários Deputados estavam presentes e podem testemunhar. Havia pensado em nem comentar esse assunto, porque a cara-de-pau desse povo já é conhecida e carimbada.

Ontem, quando chegamos a uma reunião com mais de 20 Deputados, o Deputado Weliton Prado e o Deputado André Quintão bateram na mesa dizendo que impedirão qualquer votação até que o Governador Aécio Neves promova um encontro com as bancadas, para ajudar na votação em Brasília, já que ele comanda o Congresso em Brasília e tem de ajudar o governo Lula a votar o orçamento. Caso não seja votado, não deixarão que votem nada nesta Casa. Os funcionários não foram sequer lembrados. Nenhuma questão exposta agora, de forma mentirosa, foi citada na reunião de ontem. Única e exclusivamente, disseram que o governo Lula está tomando tapa na orelha. Ainda bem que não é bengalada. A arma que o eleitor terá de usar na próxima eleição é uma bengala, para descer na orelha dessa cambada de sem-vergonha. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - O Deputado André Quintão falava comigo que o Deputado Alencar da Silveira Jr. não estava aqui cedo para ouvir o que estava acontecendo. Comunico ao Deputado André Quintão que o Deputado Alencar da Silveira Jr. levantou hoje às 6h30min, pegou o avião às 7h15min e foi para Três Marias, com a Comissão de Trabalho, Previdência e Ação Social, para tratar da demissão em massa de alguns trabalhadores. O pessoal que está aqui ainda está demitido. Lá, o pessoal acabou de ser demitido. Estivemos no local para intermediar a questão com os convidados. Por isso, o Deputado Alencar da Silveira Jr. não estava presente aqui, mas estava em Três Marias, na Comissão do Trabalho.

Convido o Deputado André Quintão para amanhã, com o Deputado Alencar da Silveira Jr., entregar a documentação, ao Ministério Público, das pessoas retiradas da rua pela Prefeitura de Belo Horizonte e encaminhadas a um "shopping" popular, onde têm de pagar R\$300,00 de aluguel mais R\$120,00 de condomínio. Isso foi realizado pela administração do PT em Belo Horizonte.

Amanhã, às 16 horas, entregaremos toda a documentação referente ao que aconteceu com essas pessoas, que não têm condições de pagar esses aluguéis dos "shoppings" localizados à Rua Rio Grande do Sul.

Entregaremos também ao Ministério Público uma solicitação para que seja encerrada a briga entre o PT do DNIT e o PT da Prefeitura, a fim de solucionarmos o problema do Anel, por onde gastamos 1 hora para passar.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. estava tratando disso.

Sr. Presidente, estarei na Comissão de Liderança, reivindicando uma alíquota menor para o gás natural, porque os taxistas de Belo Horizonte acreditaram no Programa do Gás Natural Veicular, mas não conseguem se manter. Não estou aqui há quatro anos como o Deputado André Quintão. Estou aqui há 12 e, há 18, faço e mostro uma votação sempre expressiva, trabalhando para quem precisa. E o nosso trabalho dá resultado, doa a quem doer. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, apenas, como se diz no popular, para botar os pingos nos is, esclareço que nossa bancada tem, aproximadamente, 10 emendas relativas ao projeto dos servidores públicos. Listei todas. Há sobre enquadramento com progressões atrasadas reajuste para servidores aposentados e retroativo a setembro, entre outras. Se os Deputados, de fato, querem ajudar os servidores públicos, votem as emendas. A maioria foi assinada pelo Deputado André Quintão, que é nosso líder. Concluem, então, quem anda falando a verdade.

Os servidores sabem de nosso compromisso. Ontem, durante a reunião, claramente foram pontuadas as questões em negociação. Em relação às eleições do ano que vem, se o PT terá voto ou não, veremos. O Deputado fica nervoso com o PT. Nunca vi alguém não gostar do partido dessa forma. Realmente, tivemos uma grande votação em Neves. O PT tem crescido muito. Pode ser que não cresça mais, não podemos prever. O fato é que o crescimento do PT é grande em Venda Nova e Neves, o que, às vezes, atrapalha outras pretensões. Porém, esse é um debate que faremos no ano que vem.

Hoje, é fundamental que busquemos uma negociação para fazer com que todos saiam daqui com um projeto satisfatório e não apenas com uma imposição da vontade do Governador. Solicito aos Deputados, principalmente ao atuante Deputado Alencar da Silveira Jr. - ele não estava aqui porque estava em reunião em Três Marias -, que ajudem na aprovação das emendas já apresentadas.

O Deputado André Quintão - Serei breve porque estamos discutindo os projetos na liderança. O Bloco PT-PCdoB trabalha da seguinte maneira: fazemos as reuniões, discutimos nossos pontos de vista e tiramos uma posição, que é encaminhada pelo líder e discutida com o Líder de Governo, com o da Maioria e com o Presidente da Assembléia.

Talvez, os líderes da base de Governo pudessem orientar os Deputados. Vejo que há muitos desinformados. Já negociamos um procedimento político de busca de entendimento. Se chegarmos a um acordo, votaremos semana que vem. Caso contrário, o processo será encaminhado conforme o Regimento. Os Deputados falaram e reclamaram da reunião de ontem como se a questão do servidor não tivesse sido discutida. Ela foi um dos primeiros pontos da reunião, especificamente sobre a retroatividade ao mês de setembro. É preciso seriedade. Vamos fazer a disputa política, mas falar mentira não. Estava lá e alertei: pode ser que avancemos em alguns pontos e que tenhamos problemas porque estão travando recursos em Brasília. Isso está dito no jornal, publicamente, anteontem, ontem e hoje.

E, pelo lado positivo, solicitando que as lideranças de Minas, com um pouco mais de lucidez, possam jogar luzes nas lideranças de outros Estados, que estão se engalfinhando e prejudicando o País inteiro ao não aprovar o Orçamento para 2006. Como hoje foi dito ao Deputado Alberto Pinto Coelho, que não queremos que se vote, por exemplo, o projeto do Ipsemg; ou como vamos discutir alguns projetos de fundos públicos, alguns podendo ser transformados em fundos privados, tema que não achamos pertinente discutir neste momento. Tudo de maneira transparente. Queria reiterar isso, e, como fez nosso Deputado Rogério Correia, se todos que estão aqui defendendo o servidor votarem a favor da emenda do servidor, o problema estará resolvido. Quarta-feira vamos para casa beneficiando o serviço público, Minas Gerais e o servidor. Obrigado.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 60 minutos. Com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

- O Deputado Miguel Martini profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Percebo que os Deputados não estão presentes no Plenário, e é bom discutir esse assunto, portanto, peço o encerramento, de plano, da reunião.

#### Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quorum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 15, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 79ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 13/12/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; aprovação; verificação de votação; inexistência de quorum para votação; anulação da votação; existência de quorum para votação; renovação da votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; inexistência de quorum para votação; anulação da votação; prejudicialidade do requerimento - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.682; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

## Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rômulo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pindaça Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e a votação de requerimentos.

## Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Enquanto os Deputados adentram este Plenário, não poderia deixar de registrar e parabenizar o meu clube, América Futebol Clube, pela conquista da Taça Minas Gerais. Foi o único clube da Capital que ganhou um título neste ano. Nem Cruzeiro nem Atlético, mas o América está aí e foi campeão na terça-feira.

Como belo-horizontino, como um político que saiu da Câmara Municipal, posso dizer que antigamente víamos a briga da Prefeitura pelas responsabilidades. Uma jogava para outra, dizendo que o partido X não estava resolvendo; o outro jogava para o outro, dizendo que o partido Y não estava resolvendo. O que vemos hoje, em Belo Horizonte, é uma coisa muita séria e grave. Tivemos problema no Anel Rodoviário, e o PT diz que a culpa não é deles. O PT, na Prefeitura, alega que o problema do Anel Rodoviário não é dele. A ponte está caindo; temos de remover as pessoas que estão lá, pois estão correndo risco de vida. A Prefeitura diz que o problema não é do PT, mas do DNIT. O DNIT, que também é PT, diz que o problema é da Prefeitura, que também é do PT.

Não está dando para entender. Até agora, Belo Horizonte não resolveu o problema do Anel Rodoviário. Isso é grave, Sr. Presidente.

Faço um apelo ao governo federal, do PT, para resolver o problema dos belo-horizontinos. Fazemos também um apelo à Prefeitura de Belo Horizonte para que também resolva esse problema, que é o caso do Anel Rodoviário. Ele deixou de ser um anel rodoviário para ser uma grande avenida de contorno.

Houve gente que me ligou dizendo que demorou duas horas e meia para chegar. O problema só vem se agravando. As pessoas que têm que ser removidas ouvem que o problema não é da Prefeitura, que é do PT, e o DNIT faz o mesmo discurso.

Então, fica o apelo. Se dissermos que temos que resolver o problema, independentemente de partido político, a coisa não se resolve. Belo Horizonte já não pode parar e está parando na grande avenida do contorno, que é o Anel Rodoviário. Esse é o apelo que faço neste momento, porque a situação está caótica nesse local. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, concordando com a necessidade de investimentos para Minas Gerais, como disse o Deputado que me antecedeu - todos defendemos isso -, aproveito esta questão de ordem para fazer um apelo aos partidos que compõem a base do governo de Minas, que fazem oposição ao governo federal e estão obstruindo a votação do Orçamento da União. Essa obstrução no plano federal poderá comprometer o envio de recursos para Belo Horizonte e as demais cidades do Estado.

O Bloco PT-PCdoB está fazendo um esforço para encerrar o ano votando as matérias mais importantes. Existem pontos nacionais, regionais e locais a serem acordados. Por exemplo, cito o projeto referente às tabelas salariais. Não podemos concordar com uma tabela votada em regime de urgência, mas que prevê um pequeno, um ínfimo reajuste para março de 2006. É a "tabela copa do mundo": vota-se agora, mas o funcionalismo recebe somente perto da copa do mundo. Não podemos concordar com isso. Queremos a promoção automática por escolaridade, queremos um tempo menor para a contagem de tempo de serviço para efeito de reposicionamento.

Devemos acertar esses pontos para que a nossa pauta seja desobstruída. Precisamos da compreensão de todos os parlamentares. Fiz esse apelo ao Presidente e ao Líder do Governo, pessoas sensíveis à causa de Minas Gerais. Peço a compreensão dos partidos que, em nome da disputa eleitoral antecipada, desejam prejudicar e inviabilizar a votação do Orçamento da União. O mesmo poderá ocorrer em Minas, em São Paulo e em outros Estados. Não queremos isso em Minas, queremos restringir os pontos da pauta, principalmente no caso das tabelas salariais dos servidores. Esperamos que o Governador, em vez de estimular esse movimento em Brasília, ajude-nos a votar o Orçamento da União para que o Estado receba mais verbas e possa pagar o funcionalismo como ele merece. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Estamos no momento propício para sensibilizar o Líder do Governo, a base do governo e, principalmente, o Governador, porque essas tabelas estão aquém não apenas das necessidades dos servidores, mas também do que merecem.

Já citamos vários exemplos. Estranhamos que existam recursos de sobra para muitas coisas. Não nos cansaremos de repetir os grandes gastos com publicidade, para ver se o Governador acorda para a realidade. O Orçamento deste ano era de 10 milhões. Foi suplementado para mais de 60 milhões, sem contarmos os recursos de empresas como Copasa, Cemig e Codemig, que totalizam mais de 50 milhões. São 110 milhões para gastos com publicidade. A suplementação foi mais de 100%. Enquanto isso, os servidores da educação receberam a miséria de 5% para o próximo ano. O reajuste das áreas de segurança pública e de saúde não beneficia os servidores. Outro fato curioso é que esse reajuste está sendo concedido em ano eleitoral. O Governador Aécio Neves teve quatro anos para fazer isso, mas decidiu concedê-lo em 2006, às vésperas das eleições. Vamos acordar.

O servidor não é bobo, está acompanhando a situação. Ele é formador de opinião e está presente em todos os 853 Municípios de Minas. Estão aqui os representantes do Sindipol, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da saúde, da educação, da administração, do Ipsemg. Os servidores estão presentes em Belo Horizonte e em todos os outros Municípios.

Deixamos aqui um recado para o Governador, que não deve ficar fazendo propagandas fora de época. Hoje, nos ônibus, já foi divulgado o Projeto nº 1.991, que ainda não foi aprovado por esta Casa, ou seja, o Governador está divulgando um projeto que nem foi aprovado por esta Casa. A base do governo já está com problemas - imaginem se esse projeto não for votado. O dinheiro público já foi gasto com publicidade. Quantias fabulosas já foram gastas no "marketing" de algo que ainda não é realidade. Imaginem se o projeto não for aprovado por esta Casa. Como ficará a situação do Governador Aécio Neves?

É preciso haver maior tranquilidade. Não se pode atropelar o Poder Legislativo. Esse é um grande desrespeito não apenas aos Deputados do Bloco PT-PCdoB, mas também aos Deputados da base de governo e, principalmente, à Assembléia Legislativa. O Governador não tem direito de divulgar o que não é verdade: os projetos ainda não foram aprovados por esta Casa. Da mesma maneira, ele divulgou o reajuste de mais de 54% para os servidores da educação. Todos sabem que isso não é verdade; houve apenas uma simples incorporação.

Para garantir a valorização dos servidores, o governo alega que, infelizmente, não há dinheiro, mas, para divulgar o déficit zero e dizer que as contas do Estado estão saneadas, tem. Para justificar o não-aumento dos servidores, falam de um déficit de R\$2.400.000.000,00. Desafio qualquer Deputado da Casa e provo que nunca houve déficit nesse valor. Essa foi apenas uma previsão. Durante o primeiro ano do governo Aécio Neves, em seis meses consecutivos, houve superávit, o que também ocorreu em oito meses de um ano.

Também esse déficit de R\$1.400.000.000,00, no segundo ano de governo, é falácia, pois nunca existiu.

Os servidores estão aqui mobilizados e exigem um posicionamento firme e imediato desta Casa e do governo do Estado, uma vez que não agüentam mais sobreviver com o salário defasado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, hoje, na parte da tarde, tive oportunidade de ocupar a tribuna para tratar de dois assuntos. Sou obrigado a retomar um deles, pois recebi de uma Diretora aposentada uma carta em que faz um apelo a todos nós. É importante corrigir erros, e eles podem ser corrigidos por meio de emendas que apresentamos a alguns dos planos de carreira que estão aqui.

Esta carta diz respeito a uma Diretora apostilada que, depois de toda a propaganda e expectativa, recebeu apenas R\$4,00 de aumento - apenas isso, depois de tantos anos. Ela pede a nós, Deputados, que lhe façamos justiça, para que possam receber a média dos reajustes anunciados. Os índices do Governador são meio contraditórios: às vezes, ele fala em 15%; outras vezes, em 70% ou 80%. Entretanto nunca ouvimos falar na televisão em um aumento de apenas R\$4,00.

Ela mostra-nos, com seu contracheque, o que realmente aconteceu depois de tanta expectativa e nos relata, na carta, que não aconteceu apenas com ela. Todos os aposentados e apostilados não tiveram chance de ter correção nenhuma, ou tiveram a correção mínima de R\$4,00.

Julgo que foi um engano cometido, que se esqueceu uma parcela dos aposentados, dos apostilados, que necessitam ter o mesmo reajuste concedido aos demais funcionários.

Temos cerca de 16 a 20 projetos do governo, que se encontram ou na pauta ou tramitando nas Comissões de Justiça, de Fiscalização Financeira e de Administração Pública, principalmente. Teremos um longo caminho a percorrer para se chegar a um acordo em relação a esses projetos, para que não nos arrependamos de sua aprovação.

Nós, das Bancadas do PT e do PCdoB, apresentamos diversas emendas demonstrando que seria aprovada uma tabela muito tímida, tanto nas áreas da educação e da saúde como nas demais áreas que envolvem servidores públicos. Necessitamos de mais tempo para estudar. Talvez um tempo igual ao do Congresso Nacional, que deseja fazer uma autoconvocação, que não sabemos se é só para receber salário, o que parece ser o desejo de alguns. Mas aqui não precisamos disso. Basta não votar o Orçamento e continuar a discussão, pois não haverá necessidade de autoconvocação nem de pagamento de salário, como parece querer o Presidente do Senado, anunciando que deseja mais um mês no Congresso Nacional. O fato é que preferem ficar com o orçamento antigo. Num ano de eleição, talvez a Oposição irresponsável trabalhe dessa forma. E terá o Brasil um péssimo ano, em nome de uma disputa eleitoral.

No nosso caso, queremos fazer uma melhor discussão desses planos de carreira. Os trabalhadores do Ipsemg aqui estão para chamar a nossa atenção para a necessidade do estudo dessas tabelas salariais e dos diversos projetos que se encontram na pauta. Que não tenhamos pressa em terminar o ano sem estudar, com mais detalhes, esses 16 projetos do governo, que hoje foram colocados apressadamente na pauta, sem que tivéssemos um tempo real de discussão. Vamos acompanhar um pouco o ritmo do Congresso Nacional - não que queiramos fazer o mesmo, pois não temos essa opção irresponsável, como ocorre em Brasília com a Oposição conservadora e de direita ao Presidente Lula. Mas também não precisamos votar apressadamente, na rapidez que quer o Governador, para, depois, olharmos estarecidos para uma professora aposentada e apostilada e verificarmos que teve R\$4,00 de aumento ao invés dos propalados 60%, 70%, como consta na propaganda da televisão.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, acho que aqui estamos para votar, mas, infelizmente, os oradores que me antecederam não sei se pensam estar em Brasília ou em Belo Horizonte. Aqui estamos no Parlamento mineiro, tentando votar matérias de interesse da população. As pessoas que aqui se encontram esperam isso de nós. Os Deputados do PT tentam trazer o que está acontecendo no Congresso, em Brasília, para cá. V. Exa. deveria colocar em votação as matérias, motivo desta convocação extraordinária.

## 2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo matéria a ser apreciada nesta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

## Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.664, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite. Informa ainda que fez retirar da pauta o Projeto de Lei Complementar nº 75/2005, por falta de pressupostos processuais para a sua apreciação.

## Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando a inversão da pauta da presente reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.991/2004 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 29 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação, motivo por que vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 35 Deputados. Não há quórum para votação, mas há para a discussão. A Presidência torna sem efeito a votação do requerimento e o declara prejudicado.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.682, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa como relator da matéria o Deputado Márcio Kangussu. Com a palavra, o relator para emitir seu parecer.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, estou em condições de emitir o parecer, principalmente com a presença maciça da Bancada do PT. Meu parecer é o seguinte:

### Parecer sobre o veto parcial à proposição de lei Nº 16.682

#### Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 16.682, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 468/2005, publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005.

Esgotado o prazo para emissão de parecer pela Comissão Especial e incluído o veto na ordem do dia para apreciação, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, o Presidente designou este relator para, em 24 horas, emitir parecer sobre a matéria.

#### Fundamentação

A proposição de lei parcialmente vetada dispõe que os estabelecimentos, locais e veículos especificados devem ser obrigatoriamente equipados com o aparelho desfibrilador cardíaco externo automático.

O objetivo da proposta é aumentar as chances de sobrevivência das pessoas vítimas de parada cardiorrespiratória, especificamente da arritmia cardíaca conhecida como fibrilação ventricular.

Os dispositivos vetados correspondem aos incisos I e III do art. 1º, que relacionam como locais, estabelecimentos e veículos obrigados a manter o desfibrilador as estações rodoviárias e ferroviárias, os portos, aeroportos, centros comerciais, estádios e ginásios esportivos, academias de ginástica, hotéis, clubes, locais de trabalho e outros em que haja aglomeração ou circulação média diária igual ou superior a mil e quinhentas pessoas (inciso I); trens, metrô, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros (inciso III).

Para justificar o veto, o Chefe do Poder Executivo faz alusão ao parecer da Advocacia-Geral do Estado, que entendeu ser da competência do Município dispor sobre a matéria relativa à instalação do desfibrilador cardíaco nas zonas urbanas e da competência da União legislar sobre direito marítimo e aeronáutico, quanto à disponibilização do equipamento nos portos e aeroportos.

Não podemos conformar-nos com os fundamentos arrolados no parecer da Advocacia-Geral do Estado, acolhidos pelo Governador do Estado, pelas razões a seguir aduzidas.

Em primeiro lugar, deve ser enfatizado que o art. 23 da Constituição da República, cogitado pelo Chefe do Poder Executivo, dispõe sobre a

competência material da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo, em seu inciso II, os cuidados com a saúde e a assistência pública, como também a proteção e a garantia das pessoas portadoras de deficiência. Em outras palavras, quaisquer dos entes federados mencionados pode adotar ações, individuais ou compartilhadas, para desenvolvimento de atividades, programas ou projetos para a consecução dos objetivos almejados pela administração pública, relativamente às matérias ali enumeradas.

No caso em análise, entretanto, o que se discute não é a competência material, mas a competência legislativa, que consiste na edição de leis, no sentido formal, para regular a matéria.

Nesse aspecto, o diploma federal não deixa dúvida quanto à prerrogativa desta Casa Legislativa para editar a norma, quando arrola, em seu art. 24, XII, a competência comum entre a União, os Estados e o Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde.

É importante lembrar que, inexistindo norma federal sobre a matéria, conforme ocorre no caso em análise, cabe ao Estado o exercício da competência legislativa plena, nos exatos termos do que dispõe o § 3º do dispositivo em comento.

Não se pode perder de vista que o art. 196 da Carta Federal coloca a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida ao cidadão brasileiro mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A proposta em análise reveste-se de uma natureza peculiar, pois se preocupa, sobretudo, com a imediata proteção e recuperação das possíveis vítimas de acidentes cardíacos, cujas estatísticas demonstram, sem sombra de dúvida, que a chance de sobrevivência do acidentado está diretamente relacionada com a urgência no seu atendimento.

A obrigatoriedade da existência do equipamento cogitado pela lei em estações rodoviárias, ginásios esportivos, academias de ginástica não está a invadir a seara de competência do Município, ao qual incumbe legislar sobre assuntos de interesse local.

Assiste razão ao Governador do Estado, entretanto, o veto ao inciso III do art. 1º da proposição, uma vez que tal dispositivo faz alusão aos serviços aeroportuários, que têm a União como poder concedente, cabendo a esta a estipulação das regras e dos serviços relacionados à atividade em todo o País.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do veto ao inciso I e pela manutenção do veto ao inciso III do art. 1º da Proposição de Lei nº 16.682.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 15 minutos, para entedimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 14, às 9 horas e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 14/12/2005

Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise e Gilberto Abramo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão Especial do Cooperativismo (2); aprovação - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Ollinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

### Votação de Requerimentos

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos da Comissão Especial do Cooperativismo (2), solicitando a prorrogação de seu prazo de funcionamento por 30 dias e a suspensão de seus trabalhos no período de 7/12/2005 a 20/2/2006 (- Cumpra-se.).

### Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, temos agora, na 2ª Fase, a discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.682, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona. Percebemos que não há quórum para discutirmos esse veto, mesmo porque é importante os telespectadores e cidadãos que acompanham esta reunião saberem que estamos em intensa negociação de 19 projetos do Governador. Muitos deles tratam do servidor público, e o entendimento do Bloco PT-PCdoB é que eles ainda estão muito distantes do que merece o servidor público.

Por exemplo, o projeto das tabelas salariais prevê regime de urgência, reajuste ínfimo - se é que podemos chamar de reajuste - e com validade a partir de março de 2006. É a tabela Copa do Mundo: vota-se agora, mas o servidor só receberá perto da realização desse evento. Não podemos concordar com isso. Então, apresentamos uma emenda que faz esse pagamento retroagir a setembro de 2005, por uma questão de critério, de isonomia. Foi assim com os servidores da educação e da saúde. Também apresentamos emendas que ampliam o reajuste, outras que reduzem o prazo da atualização dos dados funcionais para efeito de reposicionamento por tempo de serviço e ainda outras que tratam da promoção automática por escolaridade adicional.

Portanto o Bloco PT-PCdoB, numa linha de entendimento, quer aprovar, sim, as tabelas, até mesmo porque essa foi uma de suas lutas desde o início desta legislatura. Aliás, luta não só dos Deputados do nosso bloco, mas também dos de outros partidos - evidentemente nos limites dos partidos da base do governo -, que envidaram esforços para os servidores terem essas tabelas. Então, queremos, até o final do ano, aprová-las, mas não podemos aprová-las de qualquer jeito.

Já comunicamos ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, e ao Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres, que queremos uma definição do governo. Vai acolher as emendas do Bloco PT-PCdoB? Não vai acolhê-las? Queremos avançar na votação da pauta, mas os projetos são polêmicos. Há, por exemplo, o orçamento, ao qual também propomos várias emendas para recompor o orçamento da saúde e ampliar recursos para a área social.

Hoje mesmo, pela manhã, li declarações de lideranças do PFL e do PSDB, em Brasília, dizendo que orçamento não pode ser votado a toque de caixa; que projeto de governo tem que ser muito bem estudado; que, se for necessário, ficarão até janeiro trabalhando. Mas lá há convocação extraordinária e pagamento extra; aqui, não. A nossa Constituição permite avançarmos janeiro adentro para discutir o orçamento sem recebermos nenhum tipo de extraordinário, portanto, sem onerar os cofres públicos. Assim sendo, se for necessário, faremos aqui como o PFL e o PSDB estão fazendo no Congresso Nacional. No entanto, acredito que teremos bons retornos do Líder do Governo e do Presidente desta Assembléia.

Percebo que não há quórum suficiente. Talvez o Deputado Sargento Rodrigues também queira manifestar-se. Então, Sr. Presidente, deixo que o Deputado Sargento Rodrigues peça a suspensão desta reunião, porque não há quórum para votação e para a continuação dos entendimentos.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de manifestar-me, tendo em vista que o PDT tem participado ativamente das conversas para que a pauta prossiga nesta Casa. Lembro ao Líder do Bloco PT-PCdoB, Deputado André Quintão, que poderemos avançar conforme proposto ontem à noite, quando a reunião foi suspensa para entendimentos.

Sabemos que há uma reivindicação dos servidores públicos do Estado em relação ao Projeto nº 2.757. Há vários outros projetos que requerem discussão mais detalhada e que não precisam ser votados de forma apressada. Devemos, portanto, trabalhar para que haja entendimentos com a Oposição. E os próprios Deputados da base do governo também têm interesse em haver entendimento.

Mas faço um apelo publicamente ao Deputado André Quintão, bem como aos demais componentes da Bancada do Bloco PT-PCdoB, porque podemos avançar, já que há vários projetos de Deputados que lutam arduamente para os serem inseridos na pauta e para que sejam votados.

Deputado André Quintão, V. Exa. deve ter percebido que sou um crítico ferrenho e contundente do Presidente Mauri Torres, quando ele não coloca em votação os requerimentos e projetos de Deputados. Somos 77 legisladores originários nesta Casa e não podemos abrir mão de nossos projetos serem votados.

Portanto, o Bloco PT-PCdoB, ao insistir nessa obstrução sem que haja entendimento, sem que haja um pouquinho de bom-senso, com certeza não contraria apenas o interesse do governo em fazer avançar seus projetos, contraria primeiramente os interesses dos Deputados desta Casa, colegas parlamentares que estão tentando aprovar seus projetos.

Portanto, fica aqui um apelo ao Bloco PT-PCdoB para que destravemos a pauta, votemos esse veto que aqui se encontra e os demais projetos de Deputados. O Deputado André Quintão e seus liderados podem apresentar requerimento solicitando inversão de pauta dos projetos que o Bloco PT-PCdoB entende não devam ser votados agora porque requerem mais discussão, como é o projeto de vencimento dos servidores públicos e de outros projetos que aqui se encontram. Este é um apelo que faço publicamente e vou continuar fazendo.

Em cada obstrução que houver, faremos também uma questão de ordem, porque entendo que nós, Deputados, temos de valorizar nossos companheiros, porque alguns Deputados têm projetos que estão tramitando há mais de ano, e os projetos ainda não foram aprovados.

Sr. Presidente, usando este tempo nesta questão de ordem a mim concedida, entendo que V. Exa. poderia perfeitamente suspender a reunião, caso julgue necessário, e certamente é regimental. Caso contrário, também solicito a recomposição do quórum, porque entendemos que precisamos avançar nesta pauta. O Bloco PT-PCdoB pode, perfeitamente, pedir a inversão de pauta a fim de que possamos votar o requerimento e continuar avançando na pauta. Este é o apelo que faço aos companheiros do Bloco PT-PCdoB, para que possamos encaminhar os entendimentos e votar os projetos.

Quero fazer uma observação. Nessa pauta não existe nenhum projeto de minha autoria, mas projetos de vários Deputados necessitam de aprovação. Contamos com a colaboração de cada companheiro do Bloco PT-PCdoB. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, o Deputado Sargento Rodrigues solicitou o andamento dos trabalhos. Mais uma vez, reafirmo o posicionamento do Bloco PT-PCdoB. A maioria dos projetos votados nesta Casa só o foram porque possibilitamos o quórum. Deixo claro, para que toda a população de Minas Gerais tome conhecimento, que, se não se estão votando projetos, é porque a base do governo não tem quórum suficiente para votar. Ontem, a base do governo teve apenas 35 Deputados. Sabemos que a base do governo aqui é maioria absoluta. São sessenta Deputados. Os Deputados do Bloco PT-PCdoB estão aqui: Deputado André Quintão, Deputado Rogério Correia, Deputada Maria Tereza Lara, Deputado Laudelino Augusto, Deputada Cecília Ferramenta, Deputado Edson Rezende, Deputado Adelmo Carneiro Leão, Deputada Elisa Costa, Deputado Weliton Prado. Então, os Deputados do Bloco PT-PCdoB estão em Plenário. Que isto fique bem claro. Vamos cobrar, sim. Temos de cobrar que projetos como o do Deputado Sargento Rodrigues, que cria o Fundo de Segurança Pública, que estão tramitando há anos nesta Casa, sejam colocados na pauta e sejam votados.

Solicito que a Mesa coloque na pauta o projeto do Deputado Sargento Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública para garantir recursos específicos para a área de segurança pública. Hoje, os recursos das taxas de segurança pública são desviados para o caixa único do Estado. São R\$350.000.000,00 no orçamento para o ano que vem.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado que se atenha à sua questão de ordem. V. Exa. é um rapaz educado, regimentalista e deve cumprir o Regimento.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, eu simplesmente indaguei por que os projetos não estão andando nesta ordem e solicitei que o projeto do Deputado Sargento Rodrigues seja colocado na pauta. E justifiquei dizendo que é um projeto importante, que irá garantir recursos específicos para a área de segurança pública e amenizar o problema. A criminalidade vem crescendo de forma assustadora e todas as pesquisas indicam que essa é uma das maiores preocupações da população. É um projeto muito importante e pode ser votado neste final de ano.

A outra questão de ordem é para que o Presidente respeite o Regimento e quando tiver um orador utilizando o microfone, que o Presidente não o interrompa. Às vezes essa interrupção encurta o tempo do orador. Que se aperte a campainha quando faltar 1 minuto.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, em primeiro lugar, digo ao Deputado que me antecedeu que o Presidente pode, em qualquer momento, regimentalmente, interromper a palavra do orador. Isso é claro. O Presidente é o responsável pela boa condução dos trabalhos nesta Casa.

Sr. Presidente, existem 40 projetos em pauta para serem votados, e o recesso está-se aproximando. Solicito que o Bloco PT-PCdoB e todos os Deputados façam um esforço para votarmos esses projetos. Desde segunda-feira não votamos absolutamente nada. Os servidores estão aí para acompanhar a votação dos seus projetos. O Deputado que me antecedeu falou que a Situação não compõe quórum. Isso não é verdade. Ontem mesmo a Casa estava cheia. Havia número para votar emenda à Constituição. Foi feita inversão de pauta, e não conseguimos desbloquear o nosso trabalho. Esta Casa sempre se pautou pelo trabalho operoso de suas comissões e dos Deputados, que procuram constantemente construir o que há de melhor nas leis.

Em nome da Bancada do PSDB, solicito que, nesta manhã, discutamos os projetos dos Deputados que estão em pauta, e, amanhã, os demais que ainda têm de ser votados. Precisamos votar as matérias que estão em pauta desde a semana passada, e, para que isso se concretize, peço, mais uma vez, a compreensão do bloco.

Como há matérias importantes a serem apreciadas e votadas, solicito ao Presidente que proceda à chamada para a recomposição de quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Normalmente esta Presidência não tem aberto a discussão para os nobres Deputados, como se faz na Câmara Federal e no Senado, mas o Deputado Dalmo Ribeiro Silva usou, muito oportunamente, a palavra "bloqueio", que cabe ser comentada. O desfibrilador, que está sendo vetado neste Plenário, é um aparelho usado para cuidar das arritmias atrioventriculares, e, nesses casos, os bloqueios normalmente levam as pessoas à parada cardíaca. Quando o nó sinusal entra em processo de arritmia, como é o caso em questão, é preciso fazer o desbloqueio. A questão de ordem do Deputado Dalmo Ribeiro Silva é, portanto, altamente pertinente porque pede o tratamento da arritmia plenária. Agradeço-lhe as palavras filosóficas. É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Elmiro Nascimento) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente (Deputado Gilberto Abramo) - Responderam à chamada 22 Deputados que, somados aos 5 em Comissão, perfazem o total de 27 parlamentares. Portanto, há número suficiente para a continuação dos nossos trabalhos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - A Presidência vai suspender a reunião para entendimento entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 29/11/2005

Às 10h15min, comparecem no Salão da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Itambé a Deputada Elisa Costa e o Deputado Alencar da Silveira Jr., membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os problemas relacionados com a produção de carvão vegetal na região de Suaçuí e Guanhães e do Vale do Jequitinhonha, bem como buscar opções de trabalho e renda para os produtores que sobrevivem dessa atividade por meio da exploração de matas nativas. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Crispim Moreira, Diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Igino Marcos da Matta de Oliveira, Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Minas Gerais; Sívio de Castro Fonseca, Superintendente Regional do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Claudete Maria Souza e Costa, Gerente da Unidade Regional de Diamantina da Emater, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Alencar da Silveira Jr. concede a palavra à Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e das demais pessoas presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2005.

Alencar da Silveira Jr., Presidente - Elisa Costa - Gustavo Valadares.

ATA DA 8ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 1º/12/2005

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Doutor Ronaldo e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a importância da optometria e a necessidade de regulamentação desta profissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Júlis Jesus Ayoub, Coordenador de Oftalmologia da Secretaria de Saúde; Danny Carvalho Magalhães, Presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria; Celso Barros Gama, Diretor Administrativo do Conselho Regional de Óptica e Optometria de Minas Gerais; Torbi Rech, Assessor Jurídico do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria; Pedro Silveira Gonçalves Filho, oftalmologista do Município de São Paulo; Elisabete Ribeiro Gonçalves, Diretor do Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO -; Flávio Winkler, advogado do CBO, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Carlos Pimenta - Fahim Sawan - Doutor Ronaldo.

ATA DA 7ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do regimento interno NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 1º/12/2005

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Alberto Pinto Coelho, Ermano Batista, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.776/2005 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 2.785/2005 (relator: Deputado Alberto Pinto Coelho). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2005.

Domingos Sávio, Presidente - Elisa Costa - Sebastião Helvécio - Ermano Batista - José Henrique.

ATA DA 27ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/12/2005

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Ana Maria Resende e o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a construção das Barragens de Berizal, no Município de Berizal, e de Congonhas, no Município de Itacambira. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. César Augusto Pinheiro e José Augusto Tostes Guerra, respectivamente, Diretor de Infra-Estrutura Hídrica e Coordenador de Obras do DNOCS; Denerval Germano da Cruz e José Sivirino da Silva, respectivamente, Prefeitos Municipais de Taiobeiras e de Indaiabira; Marcus Vinício da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Itacambira; Augusto César Soares dos Santos, Gestor de Programas da Ruralminas; José Flávio Mayrink Pereira, Consultor da Feam; José de Souza, Prefeito Municipal de São João do Paraíso; Jadir Silva Oliveira, Coordenador de Licenciamento Ambiental do IEF; Afonso Geraldo Gomes e Eivaldo Magalhães Filho, respectivamente, membro da ONG "Amigos de Itacambira" e Presidente do Codema de Itacambira, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Márcio Kangussu, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.920/2004 no 1º

turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado João Leite. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.790, 5.795, 5.813 e 5.814/2005. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.677/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto (3), em que pleiteia sejam enviados ofícios ao Presidente da Ruralminas e da Codevasf-MG solicitando relatório contendo todos os dados atualizados do Projeto Jaíba, referente ao setor gerenciado por cada um desses órgãos; seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 48/2003; João Leite, em que pleiteia seja enviado ofício ao Secretário de Meio Ambiente solicitando que envie a esta Casa projeto de lei dispondo sobre a criação do Parque Estadual de Itacambira; Alencar da Silveira Jr., em que pleiteia seja enviado ofício ao Presidente da Feam solicitando explicações sobre o atraso do licenciamento prévio referente ao Projeto Anel Viário Contorno Norte; e Roberto Carvalho, em que pleiteia seja realizada visita, seguida de audiência pública, ao Município de Itacambira, com o objetivo de conhecer e acompanhar o processo de criação do Parque Estadual de Itacambira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Márcio Kangussu - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 27ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/12/2005

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Gustavo Valadares, Ricardo Duarte, Sargento Rodrigues e José Henrique (substituindo este ao Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.797/2005, para o qual designou relator o Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei Complementar nºs 61/2005 com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado José Henrique, em virtude de redistribuição); e 62/2005 com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Fahim Sawan). A Presidência comunica que o Projeto de Lei Complementar nº 72/2005 e o Projeto de Lei nº 2.796/2005 são retirados da pauta por falta de pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.701, 5.703, 5.734 e 5.797/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, pleiteando seja encaminhado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais solicitando a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (P.A.D.) em face do Sr. Caubis de Romes Pereira, Major Comandante da 4ª Companhia Independente da PMMG, para a apuração de suposta prática de atos atentatórios ao decoro da classe militar mineira; pleiteia, ainda, seja solicitada a determinação do afastamento premilinar do oficial de suas funções de comando, sob pena de restarem inviabilizados os trabalhos de investigação e seriamente maculada a imagem da instituição policial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada no dia 12/12/2005, segunda-feira, às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2005.

Antônio Júlio, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - Gustavo Corrêa - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 14ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/12/2005

Às 17h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ermano Batista, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.854/2005 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.842 e 2.848/2005 (Deputado Gilberto Abramo); 2.838, 2.840, 2.843 e 2.847/2005 (Deputado George Hilton); 2.836, 2.841, 2.852/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 77/2005 (Deputado Sebastião Costa); 2.830, 2.837, 2.844, 2.845, 2.849 e 2.855/2005 (Deputado Ermano Batista); 2.834, 2.839, 2.846, 2.850 e 2.853/2005 (Deputado Gustavo Corrêa); 2.831, 2.832, 2.833, 2.835 e 2.851/2005 (Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 75/2005 com as Emendas nºs 1 a 9 e dos Projetos de Lei nºs 2.855/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.441/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.796/2005 na forma do Substitutivo nº 1 e 2.854/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Sebastião Costa - Ermano Batista.

ATA DA 22ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/12/2005

Às 20h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Gustavo Corrêa (substituindo este ao Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do PFL), Dalmo Ribeiro Silva e Luiz Humberto Carneiro (substituindo, respectivamente, os Deputados Dinis Pinheiro e Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Deputado Antônio Júlio assume a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e suspende a reunião por alguns minutos. Na reabertura dos trabalhos, o Deputado Fahim Sawan comparece à reunião e assume as funções de Presidente. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.796/2005 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.854/2005 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Corrêa); e 2.855/2005 com a Emenda nº 1, apresentada pela

Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Fahim Sawan, Presidente - Ricardo Duarte - Gustavo Valadares - Ana Maria Resende.

ATA DA 8ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do regimento interno, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 13/12/2005

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio, Ermano Batista, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; está presente, também, o Deputado Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a retirada da pauta do Projeto de Lei nº 2.687/2005, em turno único, por não cumprir pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 2.688/2005, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação do relator, Deputado Ermano Batista, de distribuição de avulso do parecer que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 5, 9, 14 a 17, 22, 24, 27, 29, 30, 32, 35, 37, 42, 43, 51, 53, 67 a 75 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 8, 13, 18 a 21, 23, 25, 26, 31, 33, 34, 36, 38 a 41, 44 a 47, 56, 64 a 66, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 12, 52, 54, 55, 57 a 60 e 63. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião próxima conjunta, dia 14/12/2005, às 9h30min e às 14h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Domingos Sávio, Presidente - Ermano Batista - Jayro Lessa - Elisa Costa - José Henrique - Maria Tereza Lara - Sebastião Helvécio.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 13/12/2005

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Ricardo Duarte e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Olinto Godinho, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlo Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e tratar de assuntos da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Sebastião Navarro Vieira Filho (publicado no "Diário do Legislativo" de 24/11/2005) e do Deputado Agostinho Patrús (publicado no "Diário do Legislativo" de 8/12/2005). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.596/2004, no 2º turno, é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.518/2005 (relator: Deputado Roberto Carvalho); 2.608/2005 (relator: Deputado Olinto Godinho); 2.611/2005 (relator: Deputado Olinto Godinho); 2.613/2005 (relator: Deputado Dimas Fabiano); 2.622/2005 (relator: Deputado Dimas Fabiano); 2.645/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira); 2.656/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.685, 5.707, 5.732, 5.755, 5.782, 5.783, 5.784, 5.785, 5.786, 5.787, 5.788, 5.789, 5.793, 5.794, 5.798, 5.799, 5.800, 5.801, 5.821, 5.833 e 5.840/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião da Comissão para se discutirem, em audiência pública, as normas e os procedimentos operacionais constantes na Circular nº 65/2005, de 6/12/2005, do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos - Sincodiv-MG -, referente ao emplacamento (selagem) de veículos novos dentro das concessionárias; Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja enviado ofício ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte - DNIT -, solicitando informações sobre o montante de recursos destinados à construção do Anel Viário Contorno Norte da Região Metropolitana; Célio Moreira em que solicita visita técnica da Comissão ao Anel Rodoviário, para avaliar as péssimas condições em que se encontra; Paulo Piau em que solicita seja realizada reunião da Comissão para se discutir, em audiência pública, o tema "Projeto Linha Verde - Impactos e Oportunidades de Desenvolvimento Sócio-Econômico na Região Metropolitana de Belo Horizonte"; Carlos Pimenta (2) em que solicita seja enviado ofício ao Ministro de Estado dos Transportes, a Deputados Federais e Senadores e ao Diretor-Geral do DNIT, solicitando a recuperação imediata das BRs - 491, 459, 369, 267 e 265, do Sul de Minas, por se encontrarem em péssimo estado de conservação; e em que solicita seja enviada cópia da "Carta de Alfenas" aos referidos órgãos citados anteriormente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, em 14/12/2005, às 14h30min, para se apreciar, no 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.596/2004, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Ricardo Duarte, Presidente - Adalclever Lopes - Márcio Kangussu.

ATA DA 27ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/12/2005

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Elzamar Eliana Ribeiro, advogada, informando a esta Comissão maus-tratos e agressões físicas sofridas pelos detentos da cadeia pública de Francisco Sá; dos Srs. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Estado de Direitos Humanos, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 8/12/2005; José Karam, Superintendente de Segurança e Movimentação Penitenciária da Secretaria de Defesa Social e da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, encaminhando carta aberta sobre a situação prisional no Município de Contagem, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 10/12/2005. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Pe. Pier Luigi Bernareggi, Paróco da Igreja Todos os Santos; Fernando Antônio Costa Jannoti, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop; Claudius Vinícius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - Urbel; Gilberto José da Silva, Presidente da Associação Comunitária da Vila Carioca; Jorge Moreira Nolasco, Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Região Nordeste, Presidente do Conselho Sofia Felt e do Pro-Morador e Membro da Comunidade de Defesa dos Moradores de Linha Verde; Moacir Pereira Coimbra, Presidente da Associação Comunitária Bairro Palmares; a Sra. Maria de Fátima Rodrigues de Souza; os Srs. Wanderson Adriano Marcelo e Elias da Silva Gonçalves, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo tece considerações relativas à desapropriação de inúmeras famílias que residem na interseção da Av.

Cristiano Machado com o Anel Rodoviário, necessária para a construção das obras do Projeto Linha Verde. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.127/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, em que solicita urgência na transcrição das notas taquigráficas desta reunião para os participantes colherem subsídios na elaboração de um termo de compromisso sobre remoção e assentamento das famílias afetadas pela construção do Projeto Linha Verde; Durval Ângelo e Roberto Ramos, em que solicitam seja enviado ofício ao Delegado Regional do Trabalho pedindo-lhe providências quanto à fiscalização no Município de Papagaio, em razão de denúncias recebidas por esta Comissão de ocorrência de trabalho escravo e que esta Comissão realize visita ao Município na mesma data em que se fará a fiscalização; Durval Ângelo e Paulo Cesar (5), em que solicitam seja enviado ofício ao Promotor de Justiça da Comarca de Pitangui, pedindo-lhe exumação do corpo do ex-Prefeito do Município de Papagaio, Joaquim Teodoro da Silva, em razão do apelo da família; ao Delegado de Polícia de Papagaio solicitando-lhe todas as fotos, originais e negativos, que constam e as que não constam do inquérito que apura a morte do referido Prefeito para serem examinadas e analisadas em laboratório de medicina forense; sejam tomadas providências para identificar e interrogar as duas pessoas que foram vistas na caminhonete do Sr. Joaquim Teodoro da Silva e os ocupantes de um Gol cinza; e sejam tomadas as providências para que seja enviada ao Promotor de Justiça responsável pelo caso a bilhetagem do celular desse Prefeito; e seja enviado ofício ao Corregedor de Administração Penitenciária, solicitando-lhe informações sobre a apuração da morte do preso Diego Jefferson Soares, ocorrida nas dependências da Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, em 22/8/2005, no Município de Ipaba. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 20/12/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.023/2004, do Deputado Domingos Sávio e outros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.767/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.773/2005, do Deputado George Hilton; 5.777 e 5.778/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz, e 5.859/2005, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 21/12/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Alberto Pinto Coelho, Ermano Batista, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Ana Maria Resende, Jô Moraes, Lúcia Pacífico e Maria Tereza Lara e os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Jr., Carlos Gomes, Chico Rafael, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Ronaldo, Doutor Viana, Durval Ângelo, Edson Rezende, Fahim Sawan, Gil Pereira, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Bittar, José Milton, Laudelino Augusto, Leonardo Moreira, Leonardo Quintão, Márcio Passos, Marlos Fernandes, Roberto Ramos e Zé Maia, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para as reuniões a serem realizadas em 19/12/2005, às 14h30min, 20/12/2005, às 9h30min e 14h30min, e 21/12/2005, às 9h30min e 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 2.687/2005, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Djalma Diniz, Pinduca Ferreira e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 19/12/2005, às 14h45min e 20h30min, no dia 20/12/2005, às 9h30min, 14h30min e 20h30min, e, no dia 21/12/2005, às 9h30min e 20h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Biel Rocha, Domingos Sávio e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/12/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.023/2004, do Deputado Domingos Sávio e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2005.

Gil Pereira, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.250/2005

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado George Hilton, o projeto de lei em análise visa instituir a Semana de Conscientização ao Tratamento da Fibrose Cística ou Mucoviscidose, a ser realizada, anualmente, na primeira semana de setembro.

Remetida a proposição à Comissão de Constituição e Justiça para análise preliminar, essa concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma proposta.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XI, c/c o art. 190, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto de lei em questão pretende instituir a Semana de Conscientização ao Tratamento da Fibrose Cística ou Mucoviscidose, a ser realizada na primeira semana de setembro. Segundo o projeto, o Estado promoveria palestras e campanhas com o fim tanto de esclarecer a sociedade sobre a patologia, como de incentivar as pessoas com fibrose cística a se submeterem aos tratamentos existentes. O projeto dispõe ainda sobre a possibilidade de o Estado realizar parceria com a Associação Mineira de Assistência à Mucoviscidose - Fibrose Cística - Amam -, para promover os eventos da semana a ser instituída.

A fibrose cística ou mucoviscidose é uma doença genética, crônica e incurável, com alta taxa de mortalidade. Manifesta-se pelo aumento de cloreto de sódio no suor, deficiência pancreática exócrina e doença pulmonar obstrutiva crônica, comprometendo principalmente os aparelhos respiratório, digestivo e reprodutor. O tratamento, até agora, consiste na ingestão de enzimas que facilitam a digestão e em dieta rica em calorias, vitaminas e sais minerais, além de fisioterapia respiratória.

Segundo informações do Ministério da Saúde, existem, no Brasil, cerca de 12.000 pacientes com fibrose cística. Em Minas Gerais, a incidência real é desconhecida, devido à possibilidade de crianças não terem sido diagnosticadas antes de o teste que faz o diagnóstico dessa doença ser introduzido na triagem neonatal.

Importante destacar que a Secretaria de Estado de Saúde, por meio Resolução nº 987, de 2002, instituiu a Comissão Especial para analisar e propor ações de proteção e promoção da saúde dos portadores de fibrose cística.

Dessa forma, consideramos a medida oportuna e consoante com o preceito constitucional que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Esse direito é garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.250/2005 em turno único, na forma proposta.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Fahim Sawan, relator - Doutor Ronaldo.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.441/2005

##### Comissão de Saúde

##### Relatório

De autoria do Deputado Fahim Sawan, o Projeto de Lei nº 2.441/2005 tem a finalidade de instituir a Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad.

Após exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe a este órgão colegiado apreciar a matéria, nos lindes estabelecidos no art. 102, XI, c/c o arts. 188 e 190, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

A proposição em análise tem o objetivo de instituir a Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad, destinada a homenagear pessoas físicas e jurídicas que se tenham destacado na promoção da luta contra o uso dessas substâncias nocivas, por meio de atividades relacionadas com a pesquisa científica, a educação e a promoção da dignidade dos dependentes.

O homenageado, Prof. Elias Murad, é natural de Ribeirão Vermelho e tem os diplomas de farmacêutico, médico e químico. Deputado Federal por três legislaturas, atualmente é Vereador em Belo Horizonte. Jornalista e escritor, tornou-se conhecido por seus diversos livros e artigos sobre drogas, publicados em periódicos nacionais e internacionais.

É importante ressaltar que, embora nos últimos tempos, muito se tenha feito para que as pessoas se previnam contra o uso de drogas, o consumo tem aumentado, levando usuários e, principalmente, suas famílias a sofrer as conseqüências desse mal. Torna-se fundamental para a sociedade, portanto, toda iniciativa que pretenda prevenir o seu uso, possibilitando que as pessoas fiquem longe do vício ou o abandonem, integrando-se na comunidade.

Cientes de que os resultados da batalha contra as drogas dependem do empenho das pessoas, individualmente ou em conjunto, entendemos que a proposição em tela é, especialmente, meritória e oportuna. Ela enaltecerá aqueles que buscam o exercício pleno da cidadania para cada indivíduo e o fortalecimento da sociedade para uma ação articulada contra esse grave problema da atualidade, concorrendo para a sua solução.

##### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.441/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Fahim Sawan.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.707/2005

##### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

##### Relatório

De iniciativa do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe tem por escopo seja instituído o Dia Estadual do Agente Comunitário, a ser comemorado anualmente em 20 de julho.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que o considerou jurídico, constitucional e legal.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, compete agora a este órgão colegiado apreciá-la, nos termos do art. 102, XIV, c/c o art. 190, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O agente comunitário é alguém que se destaca pela capacidade de se comunicar com as pessoas e pela liderança natural que exerce. Funciona como ponte entre o poder público e a comunidade, pois está em contato permanente com as famílias, o que facilita a identificação de suas necessidades e a melhor maneira de solucionar seus problemas. É também um elo cultural, que dá mais força ao trabalho educativo, ao unir dois universos distintos: o do saber científico e o do saber popular. Tem papel privilegiado, especialmente, na vigilância e na promoção da saúde, porque, no cotidiano, convive com os problemas afetos a essa área. Sua experiência e formação o capacitam como elemento-chave do sistema na atenção primária à saúde e como elo de ligação entre a comunidade e os serviços públicos disponíveis.

O projeto em questão pretende mobilizar segmentos da sociedade em torno desse representante popular, que empreende iniciativas de grande significação social. Zelando sempre por manter e prestar serviços públicos que possam amenizar as dificuldades dos segmentos mais carentes, ele é merecedor da homenagem que lhe está sendo prestada por meio da proposição em tela.

##### Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.707/2005, em turno único.



Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2005.

Elisa Costa, relatora.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.747/2005

##### Comissão de Saúde

##### Relatório

De autoria do Deputado George Hilton, o Projeto de Lei nº 2.747/2005 visa instituir o Dia da Conscientização do Vitiligo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, cabe agora a este órgão colegiado apreciá-la, nos termos do art. 102, XI, c/c o art. 190, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

Inicialmente, cabe esclarecer que o vitiligo é uma doença caracterizada pela despigmentação da pele ou do cabelo, formando manchas de bordas bem delimitadas e crescimento centrífugo. É freqüente em 1% da população e, em 30% dos casos, há ocorrência familiar. Eventualmente, surge após traumas ou queimaduras solares.

O tratamento mais comum para pacientes com lesões pequenas, em número reduzido e nas fases iniciais da doença, é feito por meio de medicamentos aplicados no local da mancha. Para o vitiligo universal, em área superior a 50% da superfície cutânea, pode ser proposta a despigmentação da pele normal. Não existe método de prevenção para a doença ou para sua progressão.

O projeto em tela pretende instituir o dia 1º de outubro como Dia de Conscientização do Vitiligo, com o objetivo de combater o preconceito e a mistificação sobre esse mal, pois fatores emocionais podem agravar o aparecimento e a evolução das lesões que, apesar dos danos estéticos, não traz prejuízo à saúde.

Por fim, o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade o seu aprimoramento de acordo com a técnica legislativa.

##### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.747/2005, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Fahim Sawan - Carlos Pimenta.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.827/2005

##### Comissão de Constituição e Justiça

##### Relatório

De autoria do Deputado Ermano Batista, o Projeto de Lei nº 2.827/2005 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, com sede no Município de Sabinópolis.

Publicada no "Diário do Legislativo", em 26/11/2005, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar dos aspectos referentes à juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

Os requisitos para que as associações e fundações em funcionamento no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, modificado pela Lei nº 15.430, de 2005.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o atendimento às exigências ali mencionadas, já que, a entidade foi constituída e funciona há mais de um ano, tem personalidade jurídica própria e sua diretoria é formada por pessoas idôneas que nada recebem pelos respectivos cargos.

Ressalte-se, ainda, que o art. 37 de seu estatuto determina que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênere; e o art. 41 prevê a não-remuneração dos membros da diretoria e dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Técnico.

##### Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.827/2005.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Gustavo Corrêa - Gilberto Abramo - Sebastião Costa.

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto em análise dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal.

Conforme o § 2º do art. 173 do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 2.730/2005, do Deputado George Hilton, foi anexado à proposição em análise, por guardarem semelhança.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora o projeto a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, c/c o art. 102, XI, do Regimento Interno.

Anexa, apresentamos a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em exame autoriza o Poder Executivo a implantar a Política Estadual de Saúde Vocal, com o objetivo de prevenir a disфонia em professores da rede estadual de ensino. Para tanto, o projeto prevê que o Executivo deverá prestar assistência preventiva aos professores, por intermédio da rede pública de saúde e da realização de curso teórico e prático anual, destinado a orientar os professores sobre o uso adequado da voz. Determina, ainda, que caberá às Secretarias de Estado de Saúde e de Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a execução do programa, ficando a sua coordenação a cargo de profissional de Fonoaudiologia. Por fim, assegura ao professor afastado em razão de disфонia a manutenção dos direitos e vantagens inerentes ao cargo.

A disфонia – alteração da produção da voz – tem prevalência elevada entre os professores, em consequência do uso permanente da voz. Esse fato decorre das condições inadequadas de trabalho: salas de aula cheias; ruídos da rua, da conversa dos alunos e do ventilador; inalação de giz, etc. Além disso, a falta de orientação quanto aos cuidados com a voz contribui para o aparecimento da patologia.

As alterações da voz podem apresentar-se como rouquidão, dores de garganta e até perda da voz. Tais alterações prejudicam o desempenho dos professores em sala de aula, interferindo no aprendizado dos alunos em função da dificuldade de compreensão da mensagem falada. Outro problema decorrente da disфонia é a falta do professor às aulas.

Tendo em vista que a voz é o instrumento de trabalho do docente, é extremamente importante que ele mantenha seu aparelho fonador saudável. Medidas previstas pelo projeto, como orientação quanto ao uso adequado da voz, adequação do ambiente de trabalho e atendimento fonoaudiológico, podem contribuir muito para prevenir a disфонia e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do ensino e a qualidade de vida dos profissionais da educação.

Diante da importância da matéria em discussão, reiteramos nossa posição do 1º turno, favorável ao projeto.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.429/2004, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Fahim Sawan.

PROJETO DE LEI Nº 1.429/2004

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Saúde Vocal, que tem por objetivo a prevenção das disfonias em professores da rede estadual de ensino.

Art. 2º - A Política Estadual de Saúde Vocal abrangerá:

I - a assistência preventiva, por meio da rede pública de saúde;

II - a capacitação dos professores, com a realização de treinamentos teóricos e práticos que orientem e habilitem esses profissionais quanto ao uso adequado da voz profissionalmente;

III - a adequação do processo e do ambiente de trabalho do docente, com o fim de reduzir o esforço vocal e garantir melhor desempenho fonatório;

IV - a reabilitação dos profissionais acometidos por desordens vocais ou laringeas por meio de atendimento fonoaudiológico.

Art. 3º - A Política Estadual de Saúde Vocal será implementada segundo diretrizes estabelecidas em regulamento.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.439/2004

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.439/2004, de autoria do Deputado José Milton, que declara de utilidade pública o Hospital e Maternidade São José, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.439/2004

Declara de utilidade pública o Hospital e Maternidade São José, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Hospital e Maternidade São José, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.434/2005

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.434/2005, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que declara de utilidade pública a Associação dos Voluntários do Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - AVHE-FMTM -, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.434/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Voluntários do Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - AVHE-FMTM -, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Voluntários do Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - AVHE-FMTM -, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Vanessa Lucas.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.600/2005

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.600/2005, de autoria do Deputado André Quintão, que declara de utilidade pública a Comunidade Autogestiva Vida Natural - Cagevin -, com sede no Município de Coronel Fabriciano, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.600/2005

Declara de utilidade pública a Comunidade Autogestiva Vida Natural de Coronel Fabriciano – Cagevin –, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Autogestiva Vida Natural de Coronel Fabriciano – Cagevin –, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.603/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.603/2005, de autoria da Deputada Vanessa Lucas, que declara de utilidade pública a Associação de Promoção Humana de Piumhi – APH –, com sede no Município de Piumhi, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.603/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Promoção Humana de Piumhi – APH –, com sede no Município de Piumhi.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Promoção Humana de Piumhi – APH –, com sede no Município de Piumhi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.644/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.644/2005, de autoria do Deputado Mauri Torres, que declara de utilidade pública a Fundação Deraldo Guimarães, com sede no Município de Almenara, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.644/2005

Declara de utilidade pública a Fundação Deraldo Guimarães, com sede no Município de Almenara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Deraldo Guimarães, com sede no Município de Almenara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.689/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.689/2005, de autoria do Deputado Mauri Torres, que declara de utilidade pública o Hospital Jorge Caetano de Mattos, com sede no Município de Ervália, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.689/2005

Declara de utilidade pública o Hospital Jorge Caetano de Mattos, com sede no Município de Ervália.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Hospital Jorge Caetano de Mattos, com sede no Município de Ervália.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Djalma Diniz.

### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 14/12/2005, as seguintes comunicações:

Do Deputado Roberto Carvalho, dando ciência à Casa de sua ausência do País no período de 15/12/2005 a 24/12/2005, a fim de empreender viagem à Espanha e à França. (- Ciente. Publique-se.)

Da Deputada Maria Olívia, dando ciência à Casa de sua ausência do País no período de 27/12/2005 a 12/1/2006, por motivo de viagem em caráter particular. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Djalma Diniz, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. José Eleutério de Almeida, ocorrido em 10/12/2005, em Mariana. (- Ciente. Oficie-se.)

#### MANIFESTAÇÕES

#### MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Fundação Cultural de Belo Horizonte, com o Centro Universitário de Belo Horizonte e com o professor Ruilon Monr'Alverne Neto pela inauguração do Centro de Xadrez Eugênio Maciel German (Requerimento nº 5.586/2005, do Deputado Carlos Gomes);

de congratulações com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri pelas comemorações de sua implantação em novembro de 2005 (Requerimento nº 5.601/2005, da Deputada Ana Maria Resende);

de aplauso aos dirigentes da Uemg pela realização dos jogos dessa Universidade (Requerimento nº 5.615/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de apoio, por parte do Ministério da Educação, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, à inclusão do atendimento em creches a crianças até três anos na Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 415/2005 (Requerimento nº 5.620/2005, do Deputado André Quintão e outros);

de aplauso ao Magnífico Reitor do Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam -, por ter sido homenageado pela Câmara Municipal de Patos de Minas com o Título Honorífico de Cidadão Patense (Requerimento nº 5.621/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com a Secretaria Municipal de Educação de Pouso Alegre pela conquista do Prêmio Qualidade Administrativa Brasileira, concedido pela União Nacional dos Dirigentes de Ensino - Undime (Requerimento nº 5.628/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Tiro de Guerra de Governador Valadares pelo transcurso do 60º aniversário de seu funcionamento nesse Município (Requerimento nº 5.633/2005, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a nova Diretoria Executiva da Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Patos de Minas - Adesp (Requerimento nº 5.675/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com o Reitor da PUC Minas por sua eleição para o cargo de Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - Abruc (Requerimento nº 5.681/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a nova Diretoria do Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 5.683/2005, do Deputado Gustavo Corrêa);

de congratulações com a nova Diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais - Sinduscon-MG (Requerimento nº 5.684/2005, do Deputado Gustavo Corrêa);

de congratulações com o 28º Batalhão da PMMG pelo transcurso do 10º aniversário de sua instalação (Requerimento nº 5.700/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com a Copasa-MG pelo recebimento do Prêmio Mineiro da Qualidade - 2005 (Requerimento nº 5.704/2005, do Deputado Fábio Avelar);

de congratulações com a Cemig pelo recebimento do Prêmio e do Troféu Mineiro da Qualidade (Requerimento nº 5.705/2005, do Deputado Fábio Avelar);

de aplauso aos policiais militares que menciona, em razão de terem atuado em operações policiais de grande importância para a segurança da sociedade mineira (Requerimento nº 5.719/2005, do Deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, pela atuação em operações policiais de grande importância para a segurança da sociedade mineira (Requerimento nº 5.720/2005, do Deputado Sargento Rodrigues);

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/12/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Geralda Isabel de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Marilene Rodrigues Pereira de Sousa Fragoso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando Fabiano Gomes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Fabiano Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Miguel Martini

nomeando José Cunha de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando Maria de Fátima Santos Dias Anastácio para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Elisson Cesar Prieto do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Ricardo da Silva Junqueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Rogério Silveira e Sá do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Sinara Maria Teixeira Tanure do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Willian Santos Laranjeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Fabiano Humberto Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Jesus José Borges Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando José Geraldo Leão Cangussu para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Osvaldo Gonçalves de Oliveira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Sinara Maria Teixeira Tanure para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Edson Pereira de Almeida para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Piau, Vice-Líder do Governo.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 28/12/2005, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a menor proposta para a contratação de empresa para fornecimento de combustível de aviação (querosene).

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2005.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral em exercício.

#### ERRATA

ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 13/12/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/12/2005, na pág. 31, col. 4, sob o título "Requerimentos", no resumo do Requerimento nº 5.888/2005, onde se lê:

"ao Secretário de Desenvolvimento Regional", leia-se:

"ao Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e ao Presidente da Copasa-MG".